



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO CFMV Nº 90003/2026<sup>1</sup>

**CONTRATANTE (UASG):** 389185

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaico do tipo *on-grid*, incluindo a elaboração de projeto executivo, fornecimento de materiais e equipamentos, execução dos serviços de montagem, testes, comissionamento, homologação junto à concessionária de energia elétrica, bem como treinamento da equipe técnica do CFMV, suporte técnico e garantia, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 422.143,52 (quatrocentos e vinte e dois mil, cento e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos).

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** 27/05/2026 às 10h (horário de Brasília).

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço por grupo

**MODO DE DISPUTA:** Aberto

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:** Sim

**MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM:** Não



<sup>1</sup> Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União. **Modelo de Edital - Lei nº 14.133, de 2021.** Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação. **Atualização: NOV/2025**



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

## Sumário

1.	DO OBJETO .....	3
2.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	4
3.	DO ORÇAMENTO ESTIMADO.....	6
4.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	6
5.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	10
6.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .....	11
7.	DA FASE DE JULGAMENTO .....	16
8.	DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	20
9.	DO TERMO DE CONTRATO .....	23
10.	DOS RECURSOS.....	24
11.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	26
12.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	29
13.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	30
	ANEXO I - Termo de Referência .....	31
	ANEXO II – Orçamento Estimado .....	31
	ANEXO III – Modelo de Proposta Comercial .....	31
	ANEXO IV – Minuta de Contrato .....	31



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

## EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO CFMV Nº 90003/2026

Processo Administrativo Eletrônico SUAP nº 0110027.00000008/2025-43

Torna-se público que o **CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA – CFMV**, sediado no SIA Trecho 06, Lotes 130/140, Brasília-DF, CEP: 71.205-060, por meio do seu Agente de Contratação, designado pela Portaria CFMV nº 34, de 31 de janeiro de 2025, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

<b>Data da sessão:</b>	27/05/2026
<b>Horário:</b>	10h (horário de Brasília-DF)
<b>Local (link):</b>	Portal de Compras do Governo Federal <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>
<b>Código UASG:</b>	389185

### 1. DO OBJETO

**1.1.** O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaico do tipo *on-grid*, incluindo a elaboração de projeto executivo, fornecimento de materiais e equipamentos, execução dos serviços de montagem, testes, comissionamento, homologação junto à concessionária de energia elétrica, bem como treinamento da equipe técnica do CFMV, suporte técnico e garantia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2.** A licitação será realizada em grupo único, formado por 03 (três) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência/Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

**1.3.** Não serão aceitos valores superiores ao valor de referência, ou seja, o CFMV fixou o preço máximo que está disposto a pagar por cada item.

**1.4.** Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no Portal de Compras do Governo Federal e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**2.2.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**2.3.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.4.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.5.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.6.** Não poderão disputar esta licitação:

**2.6.1** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**2.6.2** sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

**2.6.3** empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**2.6.4** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.6.5** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**2.6.6** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.6.7** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.6.8** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.6.9** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.6.10** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**2.7.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.8.** O impedimento de que trata o item 2.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.9.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.4 e 2.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.10.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.





Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**2.11.** O disposto nos itens 2.6.4 e 2.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.12.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.13.** A vedação de que trata o item 2.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

**3.1.** O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**4.1.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**4.2.** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.11.2 deste Edital.

**4.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**4.3.1** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**4.3.2** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**4.3.3** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**4.3.4** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**4.4.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.5.** No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

**4.5.1** A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

**4.6.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.6.1** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**4.6.2** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**4.7.** Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

- 4.7.1** de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 4.7.2** que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 4.7.3** de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.7.4** cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.7.5** cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.7.6** constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 4.7.7** que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 4.7.8** que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 4.7.9** resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.7.10** constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.7.11** cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.8.** O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.





Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**4.9.** A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.6 ou 4.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**4.10.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**4.11.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**4.12.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**4.13.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**4.13.1** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**4.13.2** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**4.14.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**4.14.1** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**4.14.2** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**4.15.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**4.16.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**4.17.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

**5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**5.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**5.1.1.** valor unitário e total;

**5.1.2.** marca;

**5.1.3.** fabricante;

**5.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**5.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**5.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**5.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**5.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**5.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

- 5.8.** O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.10.** Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 5.11.** O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 6.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 6.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**
- 6.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**6.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser da seguinte forma:

	ITEM	VALOR MÍNIMO ENTRE LANCES
GRUPO ÚNICO	1	R\$ 75,00
	2	R\$ 800,00
	3	R\$ 180,00

**6.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

**6.10.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

**6.11.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “**ABERTO**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**6.11.1** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**6.11.2** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**6.11.3** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

**6.11.4** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**6.11.5** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**6.12.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**6.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**6.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**6.15.** No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**6.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensão e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**6.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**6.18.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**6.18.1** Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

**6.18.2** O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

**6.18.3** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate





Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**6.18.4** A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**6.18.5** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**6.18.6** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**6.18.7** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**6.19.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**6.20.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**6.20.1** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**6.20.2** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

**6.20.3** declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**6.21.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**6.21.1** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**6.21.2** empresas brasileiras;

**6.21.3** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**6.21.4** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**6.22.** Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

**6.23.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**6.23.1** Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

**6.23.2** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**6.23.3** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.23.4** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**6.23.5** O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**6.23.6** É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**6.24.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

**7.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**7.1.1** Sicaf;

**7.1.2** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes>).

**7.1.3** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

**7.1.4** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:::NO:3,4,6::&cs=3d3rkZDXtz5U43gGA7zJQ-Tlw0pg>).

**7.2.** A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

**7.2.1** A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

**7.3.** Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**7.4.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**7.4.1** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**7.4.2** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

**7.4.3** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**7.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

**7.5.1** Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

**7.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**7.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**7.7.1** conter vícios insanáveis;

**7.7.2** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

**7.7.3** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**7.7.4** não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**7.7.5** não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**7.7.6** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**7.8.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**7.9.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

**7.9.1** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**7.9.2** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**7.10.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

**7.11.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**7.11.1** Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

**7.11.2** Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

**7.11.3** Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;





Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**7.11.4** Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

**7.11.5** Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

**7.12.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**7.12.1** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**7.12.2** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**7.13.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**7.14.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

**7.15.** Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

**7.16.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**7.17.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**7.18.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**7.19.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**8.1.** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.1.1** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

**8.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**8.3.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**8.4.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

**8.5.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

**8.6.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**8.7.** O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**DA VISTORIA**

**8.8.** Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

**8.8.1** O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência, por meio do telefone **(61) 3900-0464**, ou dos *e-mails* **christiano.porto@cfmv.gov.br** ou **selog.gerad@cfmv.gov.br**, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

**8.8.2** Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**8.9.** A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos: **Nível I** – Credenciamento; **Nível II** – Habilitação Jurídica; **Nível III** – Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal; **Nível IV** – Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal; **Nível V** – Qualificação Técnica; e **Nível VI** – Qualificação Econômico-Financeira.

**8.9.1** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**8.10.** É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**8.10.1** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**8.11.** A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**8.11.1** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de 02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

**8.11.2** Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**8.12.** A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**8.12.1** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**8.12.2** Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**8.13.** Para fins de **HABILITAÇÃO JURÍDICA**, deverão ser apresentados os documentos especificados no Termo de Referência (Item 9.4.1.1.).

**8.14.** Para fins de **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**, deverão ser apresentados os documentos especificados no Termo de Referência (Item 9.4.1.2.).

**8.15.** Para fins de **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, deverão ser apresentados os documentos especificados no Termo de Referência (Item 9.4.1.3.).

**8.16.** Para fins de **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**, deverão ser apresentados os documentos especificados no Termo de Referência (Item 9.4.1.4.).

**8.17.** Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, **em até 02 (duas) horas**, para:



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**8.17.1** a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

**8.17.2** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**8.17.3** suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

**8.17.4** suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

**8.18.** Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

**8.19.** Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**8.20.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

**8.21.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**8.22.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

## **9. DO TERMO DE CONTRATO**

**9.1.** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

**9.2.** O adjudicatário terá o prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.





Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**9.3.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **03 (três) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **03 (três) dias úteis**; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **03 (três) dias úteis** para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

**9.4.** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

**9.4.1** referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

**9.4.2** a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

**9.4.3** a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

**9.5.** Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

**9.6.** O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

**9.7.** Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

**9.7.1** A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

## **10. DOS RECURSOS**

**10.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**10.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**10.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**10.3.1** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**10.3.2** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

**10.3.3** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**10.3.4** na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**10.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**10.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**10.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**10.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**10.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**10.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**10.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sede do Conselho Federal de Medicina Veterinária, sediado em Brasília-DF, no SIA, Trecho 06, Lotes 130/140, CEP: 71205-060, nos dias úteis, no horário de 08:00 às 17:00.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**11.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**11.1.1** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

**11.1.2** salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**11.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**11.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**11.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

**11.1.2.4.** deixar de apresentar amostra;

**11.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

**11.1.3** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**11.1.4** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**11.1.5** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**11.1.6** fraudar a licitação;

**11.1.7** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**11.1.7.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**11.1.7.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**11.1.7.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

**11.1.8** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**11.1.9** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

**11.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**11.2.1** advertência;

**11.2.2** multa;

**11.2.3** impedimento de licitar e contratar e

**11.2.4** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**11.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**11.3.1** a natureza e a gravidade da infração cometida;

**11.3.2** as peculiaridades do caso concreto;

**11.3.3** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**11.3.4** os danos que dela provierem para a Administração Pública;

**11.3.5** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.4.** A multa será recolhida no prazo máximo de *15 (quinze)* dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**11.4.1** Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de *0,5% a 15%* do valor do contrato licitado.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**11.4.2** Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

**11.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**11.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**11.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**11.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**11.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**11.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.





Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**11.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**11.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**11.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**11.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**11.15.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

**11.15.1** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**12.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**12.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**12.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, exclusivamente, pelo seguinte e-mail: **pregao@cfmv.gov.br**.

**12.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**12.5.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**12.6.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**13.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**13.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**13.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**13.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**13.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**13.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**13.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**13.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**13.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**13.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) <https://www.gov.br/pncp/pt-br> e endereço eletrônico no Portal do CFMV - <https://www.cfmv.gov.br/licitacoes-e-contratos/>.

**13.11.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II – Orçamento Estimado

ANEXO III – Modelo de Proposta Comercial

ANEXO IV – Minuta de Contrato

Brasília, 13 de maio de 2026.

FERNANDA SILVA VELOSO  
Agente de Contratação  
Portaria CFMV nº 34/2025

MAILLA DA SILVA ALI FONTES  
Agente de Contratação  
Portaria CFMV nº 34/2025

MICHEL DE LIMA  
Agente de Contratação  
Portaria CFMV nº 43/2025

VITOR HUGO DA SILVA RAMOS  
Agente de Contratação  
Portaria CFMV nº 34/2025



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

# ANEXO I

## TERMO DE REFERÊNCIA



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**Processo nº: SUAP Nº 0110027.00000008/2025-43**

**1. DO CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. A presente contratação tem por objeto a seleção de empresa especializada para o fornecimento e instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaico do tipo on-grid, incluindo a elaboração de projeto executivo, fornecimento de materiais e equipamentos, execução dos serviços de montagem, testes, comissionamento, homologação junto à concessionária de energia elétrica, bem como treinamento da equipe técnica do CFMV, suporte técnico e garantia, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. O sistema será instalado na cobertura da sede do Conselho Federal de Medicina Veterinária – CFMV, localizada no SIA Trecho 6, Lotes 130/140, Brasília/DF, devendo estar plenamente integrado à infraestrutura elétrica existente da edificação, observando todos os requisitos técnicos e normativos vigentes.

1.3. A solução deverá ser entregue de forma completa (modelo "turnkey"), contemplando os seguintes elementos essenciais:

SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICO							
GRUPO ÚNICO							
ITEM	DESCRIÇÃO		CATMAT/ CATSER	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<b>Projeto Executivo Completo do Sistema Fotovoltaico</b>  Compreende a elaboração de todos os documentos técnicos necessários à execução do sistema, incluindo: <ul style="list-style-type: none"><li>Projeto executivo com memoriais descritivos, plantas, diagramas e dimensionamentos elétricos e estruturais;</li><li>Emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);</li><li>Compatibilização com a infraestrutura existente e normas da concessionária;</li><li>Atendimento integral às normas ABNT NBR 16274, NBR 16690, NBR 5410 e</li></ul>		20621/CATSER	conjunto	1	R\$ 20.140,00	R\$ 20.140,00





Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

	demais aplicáveis.					
2	<p>Fornecimento de Materiais e Equipamentos</p> <p>Inclui o fornecimento completo de todos os materiais e equipamentos necessários à implantação do sistema fotovoltaico, conforme projeto executivo, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• 157 unidades de Módulos fotovoltaicos bifaciais com potência nominal mínima de 680 Wp, baseados em tecnologia HJT (Heterojunction Technology);</li><li>• 40 microinversores fotovoltaicos monofásicos, 2.000 VA (2 kW), 220 V, com 4 entradas independentes, com sistema de monitoramento via app/web;</li><li>• Estrutura de fixação metálica anticorrosiva adequada à cobertura da edificação;</li><li>• Cabeamentos CC/CA, conectores, eletrodutos, quadros elétricos, dispositivos de proteção, DPS, disjuntores e acessórios;</li><li>• Sistema de monitoramento via web/app;</li><li>• Sinalização e identificação do sistema conforme norma da concessionária.</li></ul> <p>Obs.: A responsabilidade da contratada abrange ainda o fornecimento de todos os insumos complementares eventualmente necessários à instalação, ainda que não expressamente listados, desde que indispensáveis ao pleno</p>	601921/CATMAT	conjunto	1	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

	funcionamento, segurança e conformidade técnica do sistema.					
3	Execução da Instalação, Comissionamento e Homologação  Engloba toda a mão de obra especializada e os serviços técnicos necessários à instalação completa do sistema, incluindo: <ul style="list-style-type: none"><li>• Montagem e fixação dos módulos fotovoltaicos conforme especificações técnicas;</li><li>• Interligações elétricas CC e CA, instalação dos inversores e quadros de proteção;</li><li>• Testes de funcionamento, medições de desempenho e comissionamento;</li><li>• Protocolo e acompanhamento do processo de homologação junto à Neoenergia – CEB;</li><li>• Treinamento técnico-operacional da equipe do CFMV, com orientações sobre operação, leitura de indicadores e manutenção;</li><li>• Garantia mínima de 5 anos para os serviços executados.</li></ul>	20630/CATSER	conjunto	1	R\$165.000,00	R\$165.000,00
<b>VALOR TOTAL - GLOBAL</b>						<b>R\$435.140,00</b>

1.4. A contratada será responsável por todas as providências técnicas, logísticas e operacionais necessárias à perfeita execução do objeto, assumindo a responsabilidade integral pela compatibilidade, qualidade e desempenho do sistema fornecido.

1.5. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/21.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.8. Para fins do disposto no art. 19, § 2º, da Lei 14.133/21, registra-se que não há, para os objetos constantes do item 1.1, padronização publicada em catálogo eletrônico, o que impossibilita a sua utilização.

## 2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de modernizar a matriz energética do Conselho Federal de Medicina Veterinária – CFMV, por meio da implantação de um sistema de microgeração distribuída de energia solar fotovoltaica do tipo on-grid em sua sede localizada no SIA Trecho 6, Lotes 130/140 – Brasília/DF. A medida visa à redução do consumo de energia proveniente da rede elétrica convencional, proporcionando significativa economia orçamentária, previsibilidade de gastos e maior sustentabilidade ambiental.

2.2. Considerando o histórico de consumo da sede do CFMV, que atingiu picos mensais de **25.761 kWh**, com média de consumo de **22.879,5 kWh** entre junho de 2025 e janeiro de 2026, a implantação de um sistema fotovoltaico com geração estimada de 13.997 kWh/mês permitirá compensar até 60,86% da demanda atual, promovendo retorno financeiro relevante no médio e longo prazo.

2.3. O sistema on-grid será conectado à rede pública da concessionária Neoenergia Brasília, viabilizando o abatimento da energia gerada da fatura mensal por meio do sistema de compensação de créditos regulado pela ANEEL, conforme a Lei nº 14.300/2022 (Marco Legal da Geração Distribuída).

2.4. Além dos benefícios econômicos diretos, a solução contribui com os compromissos institucionais do CFMV com a sustentabilidade, inovação e eficiência energética no setor público, em consonância com a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), a Agenda 2030 da ONU e as diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

2.5. A contratação contempla todas as etapas necessárias para a implementação da solução, incluindo projeto executivo, fornecimento dos equipamentos, execução dos serviços de instalação, comissionamento, homologação junto à concessionária e treinamento da equipe do CFMV, devendo a empresa contratada possuir expertise comprovada e observar rigorosamente as normas técnicas aplicáveis, como ABNT NBR 16690, NBR 16274, NBR 5410 e demais correlatas.

### 2.6. Objetivos da Contratação

A presente contratação visa:

- 2.6.1. Reduzir os custos com energia elétrica na sede do CFMV, por meio da geração própria de energia limpa, renovável e de baixa manutenção, com economia projetada superior a R\$ 3 milhões ao longo de 25 anos de vida útil do sistema;



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

- 2.6.2. Modernizar a infraestrutura predial com tecnologia fotovoltaica eficiente, composta por módulos com potência mínima de 680 Wp, 40 microinversores de alto desempenho e sistema de monitoramento via web e aplicativo;
- 2.6.3. Assegurar a conformidade com normas técnicas nacionais e exigências da distribuidora local de energia, promovendo segurança, confiabilidade e desempenho do sistema instalado;
- 2.6.4. Contribuir com as metas de responsabilidade socioambiental e eficiência energética previstas no Plano de Logística Sustentável (PLS) do CFMV e nos marcos legais sobre contratações públicas sustentáveis;
- 2.6.5. Viabilizar um modelo de contratação eficiente e competitivo, com solução turnkey e suporte técnico integral durante o período de garantia, com observância às boas práticas de engenharia e manutenção.

## 2.7. Descrição Técnica do Sistema

- 2.7.1. O sistema de geração de energia solar fotovoltaico a ser instalado na sede do CFMV será do tipo **on-grid**, conectado à rede da concessionária Neoenergia Brasília, com potência instalada mínima estimada de **106,76 kWp**. O sistema será composto por **157 módulos fotovoltaicos de potência nominal mínima de 680 Wp cada e 40 microinversores fotovoltaicos de alta eficiência**, permitindo operação individualizada e otimizada por agrupamento de painéis. Contará ainda com sistema de monitoramento remoto e estrutura metálica anticorrosiva. Todo o conjunto será dimensionado para operar de forma integrada à infraestrutura elétrica da edificação, com a finalidade de maximizar a autogeração de energia e promover compensação do consumo por meio de créditos energéticos.
- 2.7.2. A seguir, apresenta-se a composição técnica estimada do sistema, conforme parâmetros do Estudo Técnico Preliminar:

DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO/COMPONENTE	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	QUANTIDADE ESTIMADA
Módulo Fotovoltaico Monocristalino	Potência mínima de 680 Wp; eficiência $\geq 21\%$ ; padrão internacional IEC/INMETRO; 30 anos de vida útil.	157 unidades
Microinversor Fotovoltaico	Potência mínima de 2.000 W; tensão de saída 220V; 4 entradas independentes com monitoramento integrado via app/web.	40 unidades
Estrutura de Fixação Metálica	Alumínio anodizado ou aço galvanizado com proteção anticorrosiva, adaptada à cobertura do edifício.	Conjunto completo



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

	<p>As placas a serem instaladas na Cobertura Impermeabilizada Inclinada, na Laje Impermeabilizada sobre o Salão de Eventos (nível +7,90) e na Laje Impermeabilizada sobre o Refeitório (nível +3,30) deverão ser fixadas em Estrutura simples, próximo à laje, tal como apresentado na Imagem 01.</p> <p>As placas a serem instaladas na Área Técnica da Cobertura Posterior (nível +16,49) e na Laje Impermeabilizada do hall de elevadores (nível +19,00) deverão ser fixadas em Estrutura Elevada, a uma altura livre mínima de 2,20 metros, para que possa haver deslocamento de pessoal sob estas, tal como apresentado na Imagem 02.</p> <p>Obs.: A responsabilidade da contratada abrange ainda o fornecimento de todos os insumos complementares eventualmente necessários à instalação, ainda que não expressamente listados, desde que indispensáveis ao pleno funcionamento, segurança e conformidade técnica do sistema.</p>	
Sistema de Monitoramento	Plataforma digital para acompanhamento da geração em tempo real, com acesso via aplicativo e interface web.	1 sistema
Quadros, cabos e proteções elétricas	Cabeamento CC e CA; DPS, disjuntores, conectores, eletrodutos, etiquetas e sinalizações conforme normas técnicas.	Conjunto completo





Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária



Imagem 01 – Fixação sobre laje impermeabilizada sem elevação.



Imagem 02 – Fixação sobre laje impermeabilizada com elevação de 2,20 metros.

- 2.7.3. A potência mínima estimada instalada de 106,76 kWp resultará em uma geração média mensal estimada de 13.997 kWh/mês, capaz de suprir até 60,86% do consumo médio atual da sede, o que representa expressivo ganho de eficiência energética e redução de custos.
- 2.7.4. Todo o sistema deverá ser compatível com as normas da concessionária local (Neoenergia Brasília), bem como com as normas da ABNT vigentes, especialmente a NBR 16690, NBR 16274, NBR 5410 e demais normas correlatas de segurança elétrica, desempenho e eficiência.
- 2.7.5. A contratada deverá apresentar projeto executivo detalhado com base em visita técnica e levantamento da edificação, contendo os desenhos elétricos, memoriais descritivos, cálculo de geração, análise estrutural e emissão de ART por profissional habilitado.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

## 2.8. Vigência e Limites da Contratação

- 2.8.1. Prazo de Vigência: 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado conforme a legislação vigente.
- 2.8.2. Previsão no Plano de Contratações Anual 2026
- 2.8.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratação Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:
- I. Identificador da Contratação: 389185-119/2026;
  - II. Classificação do Objeto: Serviços;
  - III. DFD: 201/2025
  - IV. Valor Estimativo: R\$ 410.000,00

## 3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Em observância ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, toda contratação promovida pela Administração Pública deve ser precedida de procedimento licitatório que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes e garanta a seleção da proposta mais vantajosa, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta.

3.2. No presente caso, a solução adotada consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaico do tipo on-grid, incluindo o projeto executivo, fornecimento de materiais e equipamentos, instalação, comissionamento, homologação junto à concessionária de energia elétrica, treinamento da equipe técnica do CFMV, suporte técnico e garantia.

3.3. A solução contempla o ciclo de vida completo do sistema, incluindo:

- Adoção de tecnologia fotovoltaica limpa e renovável, com vida útil dos módulos estimada em 25 anos;
- Equipamentos com garantia mínima de 10 anos (microinversores) e 25 anos (performance dos módulos);
- Redução imediata no consumo de energia elétrica da rede pública e consequente economia nos gastos operacionais;
- Retorno do investimento em aproximadamente 3 a 4 anos, com projeção de economia acumulada superior a R\$ 3 milhões em 25 anos;
- Redução da pegada de carbono institucional, promovendo sustentabilidade e responsabilidade ambiental;
- Adequação à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010 e Decreto nº 10.936/2022), com previsão de descarte sustentável ao fim da vida útil dos componentes;
- Atendimento ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, promovendo eficiência energética e inovação na Administração Pública.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

3.4. A contratação, portanto, representa uma solução durável, eficiente e sustentável para a redução de custos com energia elétrica, contribuindo com a modernização da infraestrutura do CFMV e com o cumprimento das diretrizes ambientais e de eficiência do setor público federal.

#### 4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### 4.1. Da Sustentabilidade

- 4.1.1. Devem ser atendidos os critérios de sustentabilidade inseridos em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), A empresa contratada deverá observar todos os princípios e diretrizes de sustentabilidade ambiental, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), o Decreto nº 10.936/2022 e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. É obrigatório o descarte ambientalmente adequado de todos os resíduos sólidos gerados durante a execução do contrato, com priorização da reutilização, reciclagem e destinação a locais licenciados.
- 4.1.2. A contratada deverá, sempre que possível, adotar tecnologias, materiais e práticas que promovam a eficiência energética e a redução da pegada de carbono, incluindo a preferência por equipamentos certificados com selo de conformidade ambiental e processos com menor impacto ambiental.
- 4.1.3. Ao final da vida útil dos equipamentos (como módulos fotovoltaicos e microinversores), deverão ser observadas diretrizes para destinação final ambientalmente adequada, conforme o princípio da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto.

##### 4.2. Da Subcontratação

- 4.2.1. É vedada, em qualquer hipótese, a subcontratação total ou parcial do objeto deste Termo de Referência.
- 4.2.2. A execução integral dos serviços deverá ser realizada diretamente pela empresa contratada, que assumirá responsabilidade técnica, operacional, administrativa, trabalhista, previdenciária, fiscal e civil por todas as atividades relacionadas ao contrato.

##### 4.3. Da Garantia da execução

- 4.3.1. Em atendimento ao art. 96 da Lei nº 14.133/2021, será exigida da contratada a prestação de **garantia correspondente a 10% (dez por cento)** do valor inicial do contrato, em qualquer das modalidades previstas em lei, com a finalidade de assegurar a plena execução do objeto contratado.
  - 4.3.1.1. O percentual foi definido em razão da **complexidade técnica do objeto** e da **existência de riscos relevantes**, como atrasos, fornecimento de itens em desconformidade, falhas prematuras de equipamentos e eventual desempenho inferior ao projetado. Assim, a garantia de 10% mostra-se proporcional e



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

necessária para mitigar riscos e proteger a Administração, conforme autoriza o § 3º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

- 4.3.2. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida **garantia adicional** do fornecedor cuja proposta for inferior a **85% (oitenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta (§5º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021).
- 4.3.3. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
  - 4.3.3.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
  - 4.3.3.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro-garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
  - 4.3.3.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
  - 4.3.3.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
  - 4.3.3.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro-garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 4.3.4. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.3.5. Caso a opção seja por títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos.
- 4.3.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

- 4.3.7. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.3.7.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela SUSEP (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656/2022).
- 4.3.8. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- I. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
  - II. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e
  - III. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.3.9. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.
- 4.3.10. No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento.
- 4.3.11. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.3.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.3.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação.
- 4.3.13.1. O emitente da garantia deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.





Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

4.3.13.2. No caso de seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não justificando a negativa de cobertura, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro.

4.3.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.3.14.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da SUSEP.

4.3.14.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.3.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.3.16. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.3.17. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.3.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

#### 4.4. Da Vistoria

4.4.1. Será facultada às licitantes a realização de vistoria técnica no local de instalação do sistema, de modo a garantir pleno conhecimento das condições existentes e adequada elaboração das propostas.

4.4.2. A vistoria poderá ser agendada com no mínimo 02 (dois) dias úteis de antecedência, por meio do telefone (61) 3900-0464 ou dos e-mails:

- [christiano.porto@cfmv.gov.br](mailto:christiano.porto@cfmv.gov.br)
- [selog.gerad@cfmv.gov.br](mailto:selog.gerad@cfmv.gov.br)

4.4.3. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8 horas às 17 horas.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

- 4.4.4. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.4.5. A vistoria poderá ser realizada até o terceiro dia útil anterior à data limite para cadastramento da proposta.
- 4.4.6. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.4.7. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 4.4.8. **Materiais técnicos de apoio à vistoria.** O Projeto de Locação dos painéis está apresentado no Anexo F, Contudo, os mesmos projetos com a locação dos painéis fotovoltaicos na cobertura, o projeto elétrico, a planta de arquitetura da edificação e o histórico de consumo de energia elétrica da sede do CFMV poderão ser acessados por meio do seguinte link: <https://drive.google.com/drive/folders/1ygQJrD70uWbCKvVtc3p-zv613ipruRjW?usp=sharing>
- 4.4.8.1. O acesso a esse material permitirá aos licitantes conhecer as características da edificação, bem como elaborar propostas tecnicamente compatíveis com a infraestrutura existente e com os parâmetros definidos neste Termo de Referência.

## 5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### 5.1. Das Condições de execução

- 5.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.1.2. A entrega e instalação completa dos equipamentos, com todas as funcionalidades em operação (incluindo testes, homologações e treinamentos), deverá ocorrer no prazo máximo de **90 (noventa) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento ou da Ordem de Serviço emitida pela Contratante.
- 5.1.3. Início da execução do objeto: 20 dias da emissão da ordem de serviço;
- 5.1.4. A execução do contrato observará a seguinte rotina/procedimento:
- 5.1.5. O gestor do contrato emitirá a Ordem de Serviço (OS), informando o ambiente dentro os constantes do item 5.5.1 no qual deverá ser realizada a execução dos serviços.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

- 5.1.6. Os bens serão recebidos provisoriamente, quando da entrega integral ou parcial, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 5.1.7. Os bens serão recebidos definitivamente, após a verificação da qualidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado, desde que estejam de acordo com os critérios de aceitação deste Termo de Referência.
- 5.1.8. A entrega será acompanhada pela fiscalização técnica da Equipe de gestão e fiscalização do Contrato.
- 5.1.9. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.1.10. Os pedidos de prorrogação deverão ser motivados e comunicados expressamente à Coordenação – Geral para análise e eventual autorização.

5.2. Local e horário da prestação dos serviços

- 5.2.1. O fornecimento e os serviços serão prestados nasede do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), situada no SIA Trecho 06, Lotes 130 e 140, Brasília-DF.
- 5.2.2. Os serviços serão prestados no período de 08 às 17 horas, em 02 (dois) turnos, durante os cinco dias úteis da semana.

5.3. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

- 5.3.1. A demanda do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) tem como base a necessidade de implantar um sistema de geração de energia solar fotovoltaico on-grid, com o objetivo de promover eficiência energética, sustentabilidade ambiental e economia nos custos operacionais com energia elétrica.
- 5.3.2. A proposta deverá contemplar o fornecimento e instalação de 157 módulos fotovoltaicos de **potência nominal mínima de 680 Wp cada**, totalizando uma **potência mínima estimada instalada de 106,76 kWp**, bem como o fornecimento e instalação de **40 microinversores fotovoltaicos monofásicos**, com arquitetura compatível com sistema de monitoramento inteligente. A solução deve englobar:
- Elaboração e entrega do projeto executivo de engenharia;
  - Fornecimento e logística de todos os materiais e equipamentos necessários;
  - Instalação completa e comissionamento do sistema;
  - Homologação do sistema junto à concessionária local (Neoenergia Brasília);



**Serviço Público Federal**  
**Conselho Federal de Medicina Veterinária**

- Treinamento da equipe técnica da Contratante para operação e acompanhamento da geração;
  - Garantias técnicas, suporte técnico e manutenção corretiva durante o período contratual.
- 5.3.3. A área útil disponível na cobertura do edifício sede do CFMV é de aproximadamente 585 m<sup>2</sup>, devendo a contratada realizar o projeto considerando a melhor distribuição dos módulos, os fatores de sombreamento, acessibilidade e segurança de manutenção.
- 5.3.4. Qualquer intervenção na estrutura da edificação, tais como perfurações, cortes, fixações ou remoções de materiais para passagem de eletrodutos, instalação de suportes ou quaisquer outras adequações, deverá ser previamente aprovada pela fiscalização e devidamente reparada pela contratada após a execução dos serviços, restabelecendo-se a estanqueidade, a estética e a integridade dos elementos afetados, sem ônus adicional à Contratante.
- 5.3.5. A contratada também deverá zelar pela limpeza e organização das áreas de trabalho durante e após a execução dos serviços, sendo responsável pela remoção de resíduos, destinação adequada dos entulhos e entrega dos ambientes em perfeito estado de conservação e higiene.
- 5.3.6. Materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios
- 5.3.6.1. Todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a execução dos serviços deverão ser integralmente providenciados pela contratada, em quantidade e qualidade compatíveis com as exigências técnicas, não sendo de responsabilidade do CFMV o fornecimento desses insumos.
- 5.3.6.2. A contratada será integralmente responsável pelo fornecimento de todos os materiais, equipamentos, estruturas, suportes, insumos e acessórios necessários à completa implantação e perfeito funcionamento do sistema fotovoltaico, conforme projeto executivo, normas técnicas aplicáveis e exigências da concessionária de energia.
- 5.3.6.3. Fica expressamente estabelecido que não será de responsabilidade do órgão contratante o fornecimento de qualquer material, incluindo, mas não se limitando a, estruturas de fixação, suportes metálicos, parafusos, trilhos, grampos, bases, ancoragens, elementos de vedação, reforços estruturais e quaisquer demais componentes necessários à adequada instalação e fixação dos módulos fotovoltaicos na cobertura da edificação.
- 5.3.6.4. Os materiais e equipamentos fornecidos deverão ser novos, de primeira qualidade e atender integralmente às especificações técnicas do projeto, normas da ABNT, certificações do INMETRO e regulamentações da concessionária de energia.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

5.3.6.5. O transporte, armazenamento e segurança dos recursos necessários são de inteira responsabilidade da contratada, que deverá considerar esses custos e rotinas logísticas em sua proposta, não cabendo qualquer ônus adicional ao CFMV.

5.3.6.6. CFMV não disponibilizará espaço físico para guarda de ferramentas, utensílios, insumos ou quaisquer materiais de uso rotineiro da contratada durante a execução dos serviços, sendo de sua inteira responsabilidade a logística necessária ao transporte, armazenamento e segurança desses recursos.

5.3.6.6.1. Os equipamentos e sistemas que integrarem o objeto do contrato (módulos, inversores, estruturas, cabos e demais componentes), após a respectiva entrega e conferência formal prevista no cronograma físico-financeiro, poderão permanecer no local da instalação até a conclusão dos serviços, sob a responsabilidade da contratada quanto à integridade, guarda e segurança, não cabendo ao CFMV qualquer ônus, vigilância ou responsabilidade sobre tais itens.

5.3.7. Cronograma físico-financeiro

Na execução do contrato deverá ser observado o seguinte cronograma físico-financeiro:

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO			
DESCRIÇÃO	DURAÇÃO (DIAS)	RESPONSABILIDADE	CRITÉRIOS DE PAGAMENTO
Emissão da Ordem de Fornecimento de Bens	D	Contratante	-
Apresentação do Projeto Executivo	D+10	contratada	-
Análise e aprovação do projeto executivo.	D+20	Contratante	100% Correspondente ao item entregue
Entrega dos equipamentos e sistemas no local de instalação	D+50	Contratada	-
Conferência da entrega e aceite dos itens entregues	D+55	Contratante	100% Correspondente ao item entregue
Conclusão da instalação do sistema fotovoltaico	D+75	Contratada	-
Vistoria e aceite técnico da instalação	D+78	Contratante	100% Correspondente ao item entregue
Treinamento de operação e manutenção	D+83	Contratada	-
Avaliação e aprovação do Treinamento	D+85	Contratante	100% Correspondente ao item entregue





Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

Entrega do projeto <i>as built</i>	D+88	Contratada	-
Análise e aprovação do Asbuilt	D+90	Contratante	100% Correspondente ao item entregue
Observação: D = data da emissão da Ordem de Fornecimento de Bens			

5.4. Proposta de Distribuição dos 157 Módulos Fotovoltaicos na Cobertura:



Imagem 01: Distribuição proposta dos 157 módulos fotovoltaicos na cobertura do edifício – área útil disponível de 585 m².



Imagem 02: Distribuição proposta dos 157 módulos fotovoltaicos na cobertura do edifício – área útil disponível de 585 m².

5.5. Rotinas de Trabalho

5.5.1. Para assegurar a adequada execução do objeto, as atividades deverão obedecer às seguintes rotinas de trabalho:

**I. Mobilização e acesso ao local:**

- Apresentação prévia de plano de trabalho e cronograma detalhado;



**Serviço Público Federal**  
**Conselho Federal de Medicina Veterinária**

- Registro de entrada e saída da equipe junto à fiscalização do CFMV;
- Identificação obrigatória dos trabalhadores e uso de EPI adequado.

**II. Organização do canteiro e áreas de serviço:**

- Delimitação das áreas de trabalho na cobertura e nos acessos, com sinalização de segurança;
- Proibição de armazenamento permanente de materiais ou ferramentas em áreas de circulação;
- Manutenção da limpeza diária e segregação de resíduos para descarte ambientalmente adequado.

**III. Execução das instalações:**

- Instalação dos módulos fotovoltaicos conforme projeto executivo aprovado e normas técnicas;
- Utilização de procedimentos de bloqueio e etiquetagem elétrica (LOTO) durante interligações;
- Registro fotográfico das etapas de instalação e disponibilização à fiscalização.

**IV. Segurança do trabalho:**

- Observância às normas **NR-10 (Segurança em Instalações Elétricas)** e **NR-35 (Trabalho em Altura)**;
- Implantação de linha de vida, guarda-corpos provisórios ou plataformas, conforme a necessidade;
- Realização de DDS (Diálogo Diário de Segurança) com a equipe antes de cada jornada.

**V. Comissionamento e homologação:**

- Execução de testes elétricos (isolamento, continuidade, aterramento, desempenho do sistema);
- Preenchimento de checklist de comissionamento e entrega de relatório técnico;
- Apoio no protocolo de homologação junto à Neoenergia/CEB, com acompanhamento até aprovação.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

VI. Entrega e treinamento:

- Realização de treinamento prático e teórico à equipe técnica do CFMV, com lista de presença assinada;
- Entrega de manuais, certificados de garantia, projeto **as built** e relatório de geração estimada.

5.5.2. Essas rotinas constituem referência mínima obrigatória, não afastando a responsabilidade da Contratada de adotar medidas adicionais necessárias à plena execução do objeto, conforme normas técnicas, legislação vigente e boas práticas de engenharia.

5.6. São resultados pretendidos pela Administração com a contratação:

A Administração pretende, com a contratação, alcançar os seguintes resultados:

- 5.6.1. Implantação de solução tecnológica atual e eficiente para geração de energia elétrica a partir de fonte limpa e renovável;
- 5.6.2. Redução significativa da dependência da rede elétrica convencional e dos custos mensais com energia da edificação;
- 5.6.3. Aumento da autonomia energética e maior previsibilidade orçamentária com base na produção própria de energia;
- 5.6.4. Contribuição efetiva para a sustentabilidade institucional e para o cumprimento de metas de responsabilidade ambiental;
- 5.6.5. Maior confiabilidade no fornecimento energético, especialmente em períodos de estabilidade solar e alta irradiação;
- 5.6.6. Facilidade na operação, monitoramento e manutenção do sistema, por meio de plataformas integradas de gestão de desempenho;
- 5.6.7. Valorização patrimonial do edifício e conformidade com práticas modernas de eficiência energética e uso racional dos recursos naturais.

5.7. Conformidade Normativa e Legal

- 5.7.1. Todas as atividades relacionadas à implantação, fornecimento, instalação, comissionamento e homologação do sistema fotovoltaico on-grid deverão obedecer integralmente à legislação e às normas técnicas vigentes, destacando-se:
  - ABNT NBR 16690:2019 – Instalações elétricas de sistemas fotovoltaicos – Requisitos de projeto;



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

- ABNT NBR 5410:2004 – Instalações elétricas de baixa tensão;
- ABNT NBR 14039:2005 – Instalações elétricas de média tensão (quando aplicável);
- Resolução Normativa ANEEL nº 1.059/2023 – Estabelece as condições gerais para o acesso de micro e minigeração distribuída à rede de distribuição;
- Normas técnicas do INMETRO e certificações compulsórias para módulos fotovoltaicos, inversores e demais componentes (ex.: Portaria Inmetro nº 004/2011);
- Normas da concessionária local (Neoenergia Brasília) quanto aos procedimentos de conexão e homologação de sistemas de geração distribuída;
- Lei nº 12.305/2010 e Decreto nº 10.936/2022 – Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), especialmente quanto ao descarte adequado de resíduos eletroeletrônicos, materiais metálicos, embalagens e demais insumos;
- Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Administração Pública Federal, com foco na responsabilidade socioambiental e eficiência energética;
- Normas de segurança do trabalho (NRs), em especial NR-10 e NR-35, no que se refere às intervenções elétricas e trabalho em altura;
- Outras normas da ABNT pertinentes à montagem de estruturas metálicas, conectores elétricos e proteção contra surtos e choques elétricos.

5.7.2. A contratada será integralmente responsável pelo atendimento a essas exigências, devendo comprovar, quando solicitado, a conformidade normativa de todos os equipamentos, materiais e procedimentos adotados, sob pena de penalidades previstas contratualmente.

#### 5.8. Especificação da garantia do serviço

5.8.1. O sistema fotovoltaico a ser fornecido e instalado deverá contar com as seguintes garantias mínimas, observadas as exigências legais e os critérios de desempenho definidos pela Contratante:

- **Módulos fotovoltaicos:** garantia mínima de **25 (vinte e cinco) anos para performance**, assegurando no mínimo 80% da capacidade de geração nominal ao final do período;
- **Microinversores:** garantia mínima de **10 (dez) anos** contra defeitos de fabricação e funcionamento;
- **Estruturas de fixação e cabeamento elétrico:** garantia mínima de **5 (cinco) anos** contra defeitos de fabricação, instalação e corrosão;



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

- **Serviços de instalação, configuração, comissionamento e homologação:** garantia mínima de **2 (dois) anos**, contados a partir do recebimento definitivo do objeto.
- 5.8.2. Durante todo o período de garantia, a contratada deverá prestar suporte técnico, realizar manutenções corretivas ou proceder à substituição de componentes, sem quaisquer ônus à Administração, sempre que os defeitos verificados decorrerem de falhas de fabricação, vícios ocultos ou erros de instalação executada pela própria contratada ou por empresa por ela subcontratada.
- 5.8.3. O atendimento técnico deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis após a notificação formal da Contratante, podendo ser exigida resposta mais célere em caso de paralisação total do sistema ou falhas críticas de geração.
- 5.8.4. As garantias especificadas deverão ser comprovadas mediante apresentação de certificados emitidos pelos respectivos fabricantes, acompanhados de manuais técnicos, documentos de comissionamento e relatórios de entrega.
- 5.8.5. O descumprimento dos prazos de atendimento, a ausência de suporte técnico ou a inobservância das garantias estabelecidas poderá ensejar a aplicação de penalidades, conforme previsto no contrato e na legislação vigente.
- 5.9. Procedimentos de transição e finalização do contrato
- 5.9.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

## 6. Modelo de gestão do contrato

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de





Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. Preposto

- 6.6.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.6.2. A Contratada deverá manter preposto no local da execução durante todo o período de execução do contrato.

**Justificativa:** Considerando a complexidade técnica da instalação do sistema fotovoltaico, o manuseio de equipamentos de grande porte, a necessidade de cumprimento rigoroso das normas de segurança do trabalho (NR-10 e NR-35) e a interação constante com a infraestrutura predial existente, é imprescindível a presença de um responsável direto da Contratada no local da execução. Tal medida garante:

- I. Comunicação imediata com a fiscalização do CFMV;
- II. solução ágil de eventuais intercorrências técnicas ou operacionais;
- III. coordenação segura das equipes de trabalho em altura e em instalações elétricas;
- IV. acompanhamento contínuo da execução, evitando atrasos e não conformidades;
- V. rastreabilidade das decisões técnicas tomadas durante a execução contratual.

- 6.6.3. Durante o período de vigência da garantia, a presença do preposto será necessária quando for solicitado expressamente pelo Contratante, para promover as ações necessárias para condução de execução da garantia.
- 6.6.4. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.7. Fiscalização

- 6.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (art. 117, caput, da Lei nº 14.133/21).



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

6.8. Fiscalização Técnica

- 6.8.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (art. 22, VI, do Decreto nº 11.246/22);
- 6.8.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 117, §1º, da Lei nº 14.133/21 e art. 22, II, do Decreto nº 11.246/22);
- 6.8.3. As anotações, relatórios e registros efetuados pelo fiscal técnico não têm natureza sancionatória direta, mas constituem documentação oficial de acompanhamento da execução, podendo fundamentar a aplicação de sanções contratuais, se for o caso;
- 6.8.4. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (art. 22, III, do Decreto nº 11.246/22);
- 6.8.5. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (art. 22, IV, do Decreto nº 11.246/22);
- 6.8.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (art. 22, V, do Decreto nº 11.246/22);
- 6.8.7. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.8.8. O fiscal técnico do contrato verificará a observância, pela Contratada, das rotinas de trabalho previstas no item 5.5 deste Termo de Referência, incluindo mobilização, organização de áreas, segurança do trabalho, comissionamento, homologação e entrega, podendo exigir registros, relatórios ou evidências sempre que necessário.
- 6.8.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.
- 6.8.10. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, aplicável no que for pertinente à



**Serviço Público Federal**  
**Conselho Federal de Medicina Veterinária**

contratação, por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

**6.9. Fiscalização Administrativa**

- 6.9.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246/22).
- 6.9.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (art. 23, IV, do Decreto nº 11.246/22).

**6.10. Gestor do Contrato**

- 6.10.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (art. 21, IV, do Decreto nº 11.246/22).
- 6.10.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (art. 21, II, do Decreto nº 11.246/22).
- 6.10.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (art. 21, III, do Decreto nº 11.246/22).
- 6.10.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (art. 21, VIII, do Decreto nº 11.246/22).
- 6.10.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (art. 21, X, do Decreto nº 11.246/22).



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

- 6.10.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (art. 21, VI, do Decreto nº 11.246/22).
- 6.10.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto contratual será realizada com base no **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, constante do **Anexo E** deste Termo de Referência, conforme disposto neste item.
- 7.2. A medição levará em conta a conclusão da instalação e entrega dos equipamentos, conforme item 1.1, contratados e solicitados na ata.
- 7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 7.3.1. não produzir os resultados acordados;
  - 7.3.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
  - 7.3.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 7.5. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 7.5.1. O pagamento será efetuado sem qualquer acréscimo financeiro, mediante depósito bancário, até o 10º dia útil subsequente à realização do fornecimento, contados a partir do atesto dos fornecimentos e da Nota Fiscal, relativa à medição da execução dos fornecimentos, baseada no cronograma físico-financeiro;
  - 7.5.2. O pagamento será efetuado com apresentação da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s), uma vez que tenham sido cumpridos, no que couber, todos os critérios estabelecidos neste Termo de Referência e nos seus respectivos anexos, juntamente com a emissão do TERMO DE ACEITE PROVISÓRIO OU DEFINITIVO, referente à medição executada, dentro do cronograma físico-financeiro;



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

7.6. O Fiscal do Contrato verificará a conformidade da medição do fornecimento de acordo com o cronograma físico-financeiro e da documentação requerida e, no caso de estarem conformes, atestará a Nota Fiscal e encaminhará para pagamento. No caso de não estarem conformes, as devolverá, com as ressalvas devidas, no prazo de até 07 (sete) dias da apresentação, para a CONTRATADA providenciar a sua conformidade e novo encaminhamento para a CONTRATANTE.

7.7. No caso dos serviços e/ou entregas em não conformidade, a contagem dos prazos aqui estabelecidos será reiniciada a contar da data do saneamento das ressalvas pela CONTRATADA, devidamente certificadas pelo Fiscal do Contrato.

7.8. A CONTRATANTE rejeitará, dentro do cronograma físico-financeiro, as medições pertinentes aos serviços e fornecimentos executados em desacordo com o disposto neste Termo de Referência. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços e fornecimentos foram executados em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, os responsáveis da CONTRATANTE notificarão, por escrito, à CONTRATADA, interrompendo-se os prazos de recebimento e ficando suspenso o pagamento até que seja sanada a situação.

7.9. Os valores da(s) NF(s) / Fatura(s) deverão ser os mesmos consignados na Nota de Empenho, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido prazo para a CONTRATADA fazer a substituição das NF(s) / Fatura(s).

7.10. Nos casos de atrasos nos pagamentos das faturas, será aplicado o disposto no art. 92, V e XIV, da Lei 14.133, referentes às multas decorrentes do atraso no pagamento pela Administração Pública, juros, bem como, atualização monetária com a cobrança dos encargos moratórios, nas hipóteses de responsabilidade da Contratante pelo não pagamento das faturas.

7.11. Do recebimento

- 7.11.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 7.11.2. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.
- 7.11.3. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.
- 7.11.4. O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.





Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

- 7.11.5. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.11.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.11.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.11.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.11.9. Para efeito de recebimento provisório, será considerado, para fins de faturamento, o cumprimento das etapas previstas no Cronograma Físico-Financeiro.
- 7.11.10. Ao final de cada período/evento de faturamento:
- I. o fiscal técnico deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, analisar o desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, podendo resultar no redimensionamento de valores a serem pagos, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
  - II. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, emitindo relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 7.11.11. Será considerado ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.11.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados.
- 7.11.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as pendências apontadas no recebimento provisório.
- 7.11.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos manuais e instruções exigíveis, como o manual de operação do sistema fotovoltaico e certificados de garantia.
- 7.11.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações do Termo de Referência e da proposta, sem prejuízo da aplicação de penalidades.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

7.11.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11.17. Recebimento definitivo

- I. ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado;
- II. será emitido documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pelo Contratado;
- III. será realizada a análise dos relatórios e documentações apresentadas pela fiscalização, e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento, será feita a notificação formal para as devidas correções;
- IV. será emitido Termo Detalhado de Recebimento Definitivo, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- V. somente a partir do recebimento definitivo começará a contagem do prazo de garantia contratual dos serviços e equipamentos fornecidos.

7.11.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, devendo a Administração liquidar e pagar a parte incontroversa.

7.11.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.11.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade técnico-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.12. Liquidação

7.12.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.12.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/21.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

- 7.12.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
  - b) a data da emissão;
  - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
  - d) o período respectivo de execução do contrato;
  - e) o valor a pagar; e
  - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.12.2.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 7.12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/21.
- 7.12.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 7.12.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.12.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.12.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.12.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

7.13. Prazo de pagamento

- 7.13.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 7.13.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI).

7.14. Forma de pagamento

- 7.14.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.14.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.14.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
  - 7.14.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.14.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.15. Do Reajuste

- 7.15.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado da contratação, em 25/08/2025.
- 7.15.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.15.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

- 7.15.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.15.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.15.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.15.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato; der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) der causa à inexecução total do contrato;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- d) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- e) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- g) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d”, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelo prazo de até **3 (três) anos**.
- 8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h”, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, pelo prazo mínimo de **3 (três) anos** e máximo de **6 (seis) anos**.
- 8.2.4. Multa:





Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

- 8.2.4.1. Moratória – para a infração da alínea “d”: 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da obrigação inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.
- 8.2.4.2. **Moratória** – de **0,07% (sete centésimos por cento) por dia** de atraso sobre o valor total do contrato, até o máximo de **2% (dois por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- 8.2.4.2.1. O atraso superior a **25 (vinte e cinco) dias** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento (art. 137, I, Lei 14.133/2021).
- 8.2.4.3. **Compensatória** – para as infrações “e” a “h”: de **10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento)** do valor da contratação.
- 8.2.4.4. **Compensatória** – para a inexecução total do contrato (“c”): de **20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento)**.
- 8.2.4.5. **Compensatória** – para a inexecução parcial com grave dano (“b”): de **10% (dez por cento) a 25% (vinte e cinco por cento)**.
- 8.2.4.6. **Compensatória** – em substituição à multa moratória da alínea “d”: de **5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.
- 8.2.4.7. **Compensatória** – para a inexecução parcial sem grave dano (“a”): de **2% (dois por cento) a 10% (dez por cento)**.
- 8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.
- 8.6. Se a multa aplicada e as indenizações forem superiores ao valor do pagamento devido, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.
- 8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento do **art. 158 da Lei nº 14.133/2021**.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa, as notificações serão enviadas eletronicamente para os e-mails informados na proposta comercial e/ou cadastrados no **SICAF**, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. a natureza e a gravidade da infração;
- II. as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para o Contratante;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade pela Contratada.

8.10. Os atos previstos como infrações na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de contratações, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada quando utilizada com abuso de direito para facilitar ou encobrir ilícitos, estendendo-se os efeitos das sanções a administradores, sócios com poderes de gestão, sucessoras ou empresas coligadas/ligadas, assegurados contraditório, ampla defesa e análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis** da aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados para fins de publicidade no **CEIS** e no **CNEP**, bem como registrar no **SICAF**.

8.13. As sanções de impedimento e declaração de inidoneidade são passíveis de reabilitação, nos termos do **art. 163 da Lei nº 14.133/2021**.

8.14. Débitos da Contratada decorrentes de multas e/ou indenizações poderão ser compensados com créditos devidos pela Administração, nos termos da **IN SEGES/ME nº 26/2022**.

## 9. DA FORMA E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.

9.2. O regime de execução adotado será o de **Empreitada por Preço Global**, contemplando todas as etapas e custos envolvidos na contratação, tais como: desenvolvimento do projeto executivo, fornecimento e transporte dos equipamentos, instalação dos módulos e microinversores, montagem das estruturas, cabeamento, homologação junto à concessionária, comissionamento, treinamento e entrega do projeto “as built”, tudo conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

- 9.2.1. Considerando que o fornecimento e a instalação de sistemas fotovoltaicos on-grid envolvem escopo bem definido, com quantitativos previamente estimados (como número de módulos e microinversores), além de atividades técnicas padronizadas e com baixa variação de insumos, a adoção do regime de **preço global** mostra-se adequada. Esse modelo possibilita maior previsibilidade orçamentária e simplificação na gestão contratual, assegurando o cumprimento integral das obrigações por valor fixo previamente estabelecido.

9.3. Critérios de aceitabilidade de preços

- 9.3.1. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.
- 9.3.2. O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/21).
- 9.3.3. O descumprimento do disposto no item 9.3.2 ensejará a automática desclassificação da proposta.

9.4. Exigências de habilitação

- 9.4.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.4.1.1. Habilitação jurídica

- 9.4.1.1.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.4.1.1.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.4.1.1.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.4.1.1.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

- 9.4.1.1.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.4.1.1.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 9.4.1.1.7. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.4.1.1.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4.1.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.4.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.4.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.4.1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.4.1.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.4.1.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

- 9.4.1.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.4.1.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.4.1.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.4.1.3. Qualificação Econômico-Financeira

- 9.4.1.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 9.4.1.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 9.4.1.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 9.4.1.3.4. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 9.4.1.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
- 9.4.1.3.6. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 9.4.1.3.7. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.4.1.3.8. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.





**Serviço Público Federal**  
**Conselho Federal de Medicina Veterinária**

- 9.4.1.3.9. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (art. 65, §1º, da Lei nº 14.133/21).
- 9.4.1.3.10. O atendimento dos índices econômicos previstos no item 8.25 deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**9.4.1.4. Qualificação Técnica**

- 9.4.1.4.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 9.4.1.4.2. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 9.4.1.4.3. Certidão de registro e regularidade de pessoa jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA (Lei nº 5.194/66), em nome do licitante, válida na data de recebimento dos documentos de habilitação, emitida pelo CREA da circunscrição da sede da empresa.
- 9.4.1.4.4. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- 9.4.1.4.5. Comprovação de que possui profissional(is) engenheiro(s) eletricista(s) e/ou engenheiro(s) civil(is) no quadro técnico da licitante junto ao CREA, por meio de Certidão de Registro e Quitação (CRQ) válida da empresa. O(s) profissional(is) deve(m) possuir Certidão de Acervo Técnico (CAT) que comprove a execução de obras ou serviços com características semelhantes às seguintes:
- Elaboração de projeto executivo e/ou instalação de sistemas fotovoltaicos on-grid;
  - Instalação de módulos fotovoltaicos e microinversores;
  - Montagem de estruturas metálicas para suporte de módulos;
  - Cabeamento CC e CA, conexão com quadro geral e sistema de proteção;
  - Homologação e comissionamento junto à concessionária de energia elétrica.
- 9.4.1.4.6. A comprovação de vínculo do(s) profissional(is) indicados deverá ser feita mediante apresentação de um dos seguintes documentos:
- Carteira de Trabalho (CTPS);
  - Ficha de Registro de Empregados;
  - Contrato de prestação de serviços;



**Serviço Público Federal**  
**Conselho Federal de Medicina Veterinária**

- Contrato social registrado na Junta Comercial com a última alteração (em caso de sócio/diretor técnico).
- 9.4.1.4.7. O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) participar da execução do objeto contratual, sendo admitida sua substituição apenas mediante autorização da Administração e desde que comprovada experiência equivalente ou superior.
- 9.4.1.4.8. Comprovação de aptidão técnica para execução de serviços com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou por entidade profissional competente.
- 9.4.1.4.9. Os atestados de capacidade técnica devem comprovar, no mínimo, a execução de serviços com as seguintes características:
- Fornecimento e instalação de sistema fotovoltaico com potência igual ou superior a 50 kWp;
  - Incluindo projeto executivo, instalação de módulos e inversores, cabeamento, estruturas de fixação, proteção elétrica e homologação junto à distribuidora.
- 9.4.1.4.10. Será admitida, para fins de comprovação da capacidade técnica, a apresentação e o somatório de diferentes atestados desde que se refiram a serviços executados de forma concomitante ou complementar.
- 9.4.1.4.11. Os atestados poderão estar em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 9.4.1.4.12. O licitante deverá fornecer todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, inclusive cópias de contratos, local de execução, endereço da contratante e dados de contato, caso solicitado pela Administração.
- 9.4.1.4.13. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a documentação complementar prevista na legislação aplicável (Lei nº 5.764/71), incluindo relação de cooperados, comprovação de regularidade fiscal, capital social proporcional, registro legal e atas de assembleia.

**9.5. Disposições gerais sobre habilitação**

- 9.5.1. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.5.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

- 9.5.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.5.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.5.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.6. Documentação complementar para cooperativas

- 9.6.1. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
  - 9.6.1.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
  - 9.6.1.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
  - 9.6.1.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
  - 9.6.1.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
  - 9.6.1.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
  - 9.6.1.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
    - 9.6.1.6.1. ata de fundação;
    - 9.6.1.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
    - 9.6.1.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
    - 9.6.1.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

- 9.6.1.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- 9.6.1.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
- 9.6.1.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 435.140,00 (quatrocentos e trinta e cinco mil cento e quarenta reais), conforme parâmetros definidos no Estudo Técnico Preliminar e na composição de preços constantes do item 1 deste Termo de Referência.

10.2. O valor do contrato será determinado após uma pesquisa de mercado formal, visando identificar a proposta mais vantajosa para o Conselho Federal de Medicina Veterinária -CFMV. A seleção não se baseará apenas no menor preço, mas também na análise completa das condições de habilitação exigidas neste termo.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

CFMV

Conselho Federal de Medicina Veterinária

CNPJ: 00.119.784/0001-71

Data: 29/01/2026

### Disponibilidade orçamentária

Conta: 6.2.2.1.1.02.01.01.003.002-MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

Centro de Custo: 2.04.01.01.001 - Investimentos em Bens Móveis e Materiais Permanentes

Despesa	Na data	No Exercício	Saldo	Na data	No Exercício
PRÉ-EMPENHADO	0,00	0,00	ORÇAMENTÁRIO DESBLOQ.	2.981.033,20	2.981.033,20
EMPENHADO	0,00	0,00	ORÇAMENTÁRIO OFICIAL	2.981.033,20	2.981.033,20
LIQUIDADO	0,00	0,00	A LIQUIDAR	0,00	0,00
PAGO	0,00	0,00	A PAGAR	0,00	0,00

11.2. As despesas dos anos subsequentes, se necessárias, correrão à conta de dotação consignada para a atividade nos respectivos exercícios.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

12.1. Os casos omissos neste Termo de Referência serão resolvidos de acordo com a Lei nº 14.133/2021, o Decreto nº 11.246/2022, normas complementares e demais legislações aplicáveis.

12.2. A participação no certame implica a aceitação integral e irrevogável das condições estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos.

12.3. O foro para dirimir questões relativas à execução deste contrato será o da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Brasília-DF, 23 de fevereiro de 2026.

**Responsáveis pela elaboração deste Termo de Referência:**

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** EDSON HERNANDES DOURADO  
Data: 23/02/2026 13:35:45-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Edson Hernandes Dourado**  
Assessor da Presidência  
Gerente Administrativo - GERAD  
Matrícula: 0605

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** CHRISTIANO VELOSO PORTO  
Data: 23/02/2026 13:10:57-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Christiano Veloso Porto**  
Assessor Administrativo  
Arquiteto  
Matrícula: 0629





Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**ANEXO A – TERMO DE VISTORIA**

**ATESTADO DE VISTORIA**

(modelo)

Declaramos que a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o n. \_\_\_\_\_ na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, no endereço \_\_\_\_\_, telefone n. \_\_\_\_\_, por meio de seu representante legal, \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade n. \_\_\_\_\_, expedida pela \_\_\_\_\_, esteve visitando, nesta data, as instalações físicas do CFMV, visando obter subsídios para elaboração de sua Proposta de Preço.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Brasília/DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA  
(NOME DA EMPRESA)

\_\_\_\_\_  
NOME DO SERVIDOR RESPONSÁVEL (CFMV)  
Cargo Completo  
Matrícula



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**ANEXO B – TERMO DE NÃO VISTORIA**

**TERMO DE NÃO REALIZAÇÃO DA VISTORIA TÉCNICA AO LOCAL DA OBRA  
(OBRIGATÓRIA SE NÃO REALIZAR VISTORIA)**

Eu, \_\_\_\_\_ (nome do representante), abaixo qualificado, representante legal da empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, DECLARO, para os devidos fins, que não realizamos a vistoria no local onde será executado o FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICO ON-GRID da sede do Conselho Federal de Medicina Veterinária – CFMV, objeto do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_/2026, por opção própria.

Assumimos, assim, plena ciência e concordância com todas as condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos, responsabilizando-nos integralmente por quaisquer eventuais prejuízos decorrentes da ausência de vistoria técnica no local de execução do objeto.

Declaro, ainda, estar ciente de que:

- O preço proposto pela empresa está de acordo com as exigências do Edital e seus Anexos, não cabendo reclamações futuras sob alegação de desconhecimento das condições locais;
- As condições estabelecidas no Edital de Licitação e seus Anexos integram a presente proposta de forma irrevogável e irretratável;
- Eventuais alterações contratuais motivadas por falhas ou omissões não poderão ultrapassar, em seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, conforme art. 124, § 1º da Lei nº 14.133/2021;
- Os quantitativos constantes nos orçamentos utilizados para a formulação da proposta são de nosso pleno conhecimento, inexistindo direito a qualquer tipo de reclamação posterior.

[Local e data de realização da Licitação:]

\_\_\_\_\_  
[Assinatura do Representante Legal e carimbo da Empresa]



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

Identificação do Representante Legal da Empresa (Signatário):

Nome: \_\_\_\_\_

Documento de Identidade nº \_\_\_\_\_; Órgão expedidor: \_\_\_\_\_

CPF/MF nº \_\_\_\_\_

Observação: Esta declaração deverá ser emitida preferencialmente em papel timbrado ou que identifique a empresa (nome, endereço, n.º telefone, e-mail).



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**ANEXO C – TERMO DE SIGILO E RESPONSABILIDADE**

**TERMO DE SIGILO E RESPONSABILIDADE**

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, de um lado o Conselho Federal de Medicina Veterinária, com sede em Brasília, no **SIA TRECHO 6, Lotes 130 e 140, denominado CFMV**, e de outro lado \_\_\_\_\_, RG \_\_\_\_\_ SSP/ \_\_\_\_\_ do(a) empresa \_\_\_\_\_, terá acesso ao Ambiente do CFMV, doravante denominado simplesmente **COMPROMISSADO**, celebram o presente **TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**, mediante as seguintes condições:

1. Por este instrumento, a Contratada declara estar apta a aceitar e receber **INFORMAÇÕES** com respeito ao parque tecnológico do CFMV, se comprometendo a manter absoluta confidencialidade destas **INFORMAÇÕES**, independente de solicitação expressa neste sentido pelo CFMV ou quaisquer de seus representantes;
2. As **INFORMAÇÕES** abrangidas por este termo são de natureza técnica, operacional, comercial, jurídica e financeira ficando expressamente vedada sua divulgação a terceiros, a qualquer título;
3. As partes deverão restringir a divulgação das **INFORMAÇÕES** para o pessoal que estiverem diretamente envolvidos na sua utilização em razão do fornecimento das **INFORMAÇÕES** e da elaboração do serviço a ser fornecido, ficando vedado o intercâmbio destas **INFORMAÇÕES** com terceiros que não estejam diretamente envolvidos com a prestação dos serviços;

A não observância de qualquer das disposições estabelecidas neste instrumento sujeitará o **COMPROMISSADO** aos procedimentos judiciais cabíveis relativos a perdas e danos que possam advir ao CFMV e aos seus usuários;

4. O presente instrumento será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, e as partes elegem o foro da cidade de Brasília-DF, como competente para dirimir qualquer questão oriunda do presente instrumento.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Brasília, DF \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Representante do CFMV: \_\_\_\_\_

Representante da Contratada: \_\_\_\_\_



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

ANEXO D – O MODELO DE PROPOSTA

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**  
(em papel personalizado da empresa)

**Ao:** Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV)

**Prezado Senhor,**

Apresentamos, por meio desta, nossa proposta comercial para a prestação dos serviços especializados de elaboração de projeto executivo, fornecimento de materiais e equipamentos, instalação, comissionamento, homologação junto à concessionária, treinamento da equipe técnica, suporte e garantia, visando à implantação de sistema de geração de energia solar fotovoltaico on-grid na sede do CFMV, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

**1. Especificação Técnica da Solução Proposta**

A solução contempla o fornecimento e instalação dos seguintes componentes:

- **Módulos Fotovoltaicos:** 157 unidades, bifaciais, com potência nominal mínima de 680 Wp, baseados em tecnologia HJT (Heterojunction Technology), eficiência  $\geq 21\%$ , com certificação INMETRO/IEC e garantia de performance linear de 25 anos.
- **Microinversores Fotovoltaicos:** 40 unidades, monofásicos, potência de 2.000 VA (2 kW), tensão de saída 220 V, com 4 entradas independentes e sistema de monitoramento integrado via aplicativo/web.
- **Estrutura Metálica de Fixação:** Em alumínio anodizado ou aço galvanizado anticorrosivo, dimensionada para regime de ventos de Brasília e compatível com a cobertura existente.

A contratada será integralmente responsável pelo fornecimento de todos os materiais, equipamentos, estruturas, suportes, insumos e acessórios necessários à completa implantação e perfeito funcionamento do sistema fotovoltaico, conforme projeto executivo, normas técnicas aplicáveis e exigências da concessionária de energia.

Fica expressamente estabelecido que não será de responsabilidade do órgão contratante o fornecimento de qualquer material, incluindo, mas não se limitando a, estruturas de fixação, suportes metálicos, parafusos, trilhos, grampos, bases, ancoragens, elementos de vedação, reforços estruturais e quaisquer demais componentes necessários à adequada instalação e fixação dos módulos fotovoltaicos na cobertura da edificação.

- **Sistema de Monitoramento:** Plataforma digital com acesso via web/app, possibilitando a visualização da geração em tempo real e emissão de relatórios.





Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

- **Dispositivos de Proteção:** Incluindo DPS, disjuntores, quadros elétricos, cabeamento CC e CA, eletrodutos, conectores e sinalização técnica conforme exigências normativas e da concessionária.

## 2. Proposta Financeira

SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICO							
GRUPO ÚNICO							
ITEM	DESCRIÇÃO		CATMAT/ CATSER	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<p><b>Projeto Executivo Completo do Sistema Fotovoltaico</b></p> <p>Compreende a elaboração de todos os documentos técnicos necessários à execução do sistema, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Projeto executivo com memoriais descritivos, plantas, diagramas e dimensionamentos elétricos e estruturais;</li><li>• Emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);</li><li>• Compatibilização com a infraestrutura existente e normas da concessionária;</li><li>• Atendimento integral às normas ABNT NBR 16274, NBR 16690, NBR 5410 e demais aplicáveis.</li></ul> <p>Obs.: A responsabilidade da contratada abrange ainda o fornecimento de todos os insumos complementares eventualmente necessários à instalação, ainda que não expressamente listados, desde que indispensáveis ao pleno funcionamento, segurança e conformidade técnica do sistema.</p>		20621/CATSER	conjunto	1	R\$0,00	R\$0,00
2	<b>Fornecimento de Materiais e Equipamentos</b>		601921/CATMAT	conjunto	1	R\$0,00	R\$0,00



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

<p>Inclui o fornecimento completo de todos os materiais e equipamentos necessários à implantação do sistema fotovoltaico, conforme projeto executivo, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• 157 unidades de Módulos fotovoltaicos bifaciais com potência nominal mínima de 680 Wp, baseados em tecnologia HJT (Heterojunction Technology);</li><li>• 40 microinversores fotovoltaicos monofásicos, 2.000 VA (2 kW), 220 V, com 4 entradas independentes, com sistema de monitoramento via app/web;</li><li>• Estrutura de fixação metálica anticorrosiva adequada à cobertura da edificação;</li><li>• Cabeamentos CC/CA, conectores, eletrodutos, quadros elétricos, dispositivos de proteção, DPS, disjuntores e acessórios;</li><li>• Sistema de monitoramento via web/app;</li><li>• Sinalização e identificação do sistema conforme norma da concessionária.</li></ul> <p>As placas a serem instaladas na Cobertura Impermeabilizada Inclínada, na Laje Impermeabilizada sobre o Salão de Eventos (nível +7,90) e na Laje Impermeabilizada sobre o Refeitório (nível +3,30) deverão ser fixadas em Estrutura simples, próximo à laje, tal como apresentado na Imagem 01.</p> <p>As placas a serem instaladas na Área Técnica da Cobertura Posterior (nível +16,49) e na Laje Impermeabilizada do hall de elevadores (nível +19,00) deverão ser fixadas em Estrutura Elevada, a uma altura livre mínima de 2,20 metros, para que possa haver deslocamento de pessoal sob estas, tal</p>					
--	--	--	--	--	--



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

	como apresentado na Imagem 02.  Obs.: A responsabilidade da contratada abrange ainda o fornecimento de todos os insumos complementares eventualmente necessários à instalação, ainda que não expressamente listados, desde que indispensáveis ao pleno funcionamento, segurança e conformidade técnica do sistema.					
3	Execução da Instalação, Comissionamento e Homologação  Engloba toda a mão de obra especializada e os serviços técnicos necessários à instalação completa do sistema, incluindo: <ul style="list-style-type: none"><li>• Montagem e fixação dos módulos fotovoltaicos conforme especificações técnicas;</li><li>• Interligações elétricas CC e CA, instalação dos inversores e quadros de proteção;</li><li>• Testes de funcionamento, medições de desempenho e comissionamento;</li><li>• Protocolo e acompanhamento do processo de homologação junto à Neoenergia – CEB;</li><li>• Treinamento técnico-operacional da equipe do CFMV, com orientações sobre operação, leitura de indicadores e manutenção;</li><li>• Garantia mínima de 5 anos para os serviços executados.</li></ul>	20630/CATSER	conjunto	1	R\$0,00	R\$0,00
VALOR TOTAL - GLOBAL						R\$ 0,00



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária



Imagem 01 – Fixação sobre laje impermeabilizada sem elevação.



Imagem 02 – Fixação sobre laje impermeabilizada com elevação de 2,20 metros.

- O Projeto de Locação dos painéis está apresentado no Anexo F, Contudo, os mesmos projetos com a locação dos painéis fotovoltaicos na cobertura, o projeto elétrico, a planta de arquitetura da edificação e o histórico de consumo de energia elétrica da sede do CFMV poderão ser acessados por meio do seguinte link: <https://drive.google.com/drive/folders/1ygQJrD70uWbCKvVtc3p-zv613ipruRjW?usp=sharing>

### 3. Proposta Financeira

- **Prazo de Execução:** Conforme cronograma físico-financeiro do Termo de Referência, com prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos para entrega total do sistema após emissão da Ordem de Serviço.
- **Validade da Proposta:** 60 (sessenta) dias corridos.
- **Forma de Pagamento:** Conforme disposto no item 7 do Termo de Referência.
- **Garantias:**



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

- **Módulos: 25 anos (performance);**
- **Microinversores: 10 anos (fabricante);**
- **Instalação e serviços: 5 anos;**
- **Estrutura de fixação: 5 anos contra corrosão e defeitos.**

**4. Compromisso quanto a intervenções na edificação**

- Declaramos ciência e concordância com o disposto no item 5.4.4 do Termo de Referência, comprometendo-nos a:
  - Submeter previamente à aprovação da fiscalização do CFMV qualquer intervenção na estrutura da edificação, tais como perfurações, cortes, fixações ou remoções de materiais, necessárias à passagem de eletrodutos, instalação de suportes ou outras adequações;
  - Realizar, após a execução dos serviços, todos os reparos necessários para restabelecimento da estanqueidade, da estética e da integridade dos elementos afetados;
  - Assumir integralmente os custos e responsabilidades por tais intervenções, não cabendo quaisquer ônus adicionais à Contratante;
  - Manter o ambiente de trabalho limpo e organizado durante toda a execução dos serviços, bem como entregar as áreas utilizadas em perfeito estado de conservação e limpeza ao final das atividades.

**5. Declarações**

Declaramos ter pleno conhecimento das condições técnicas, comerciais e legais para execução do objeto, bem como concordância integral com os termos do Edital, Termo de Referência e seus anexos.

Sem mais, renovamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

**Local e data:** \_\_\_\_\_

**Assinatura do Representante Legal:** \_\_\_\_\_

**Nome completo:** \_\_\_\_\_

**Cargo:** \_\_\_\_\_

**Empresa:** \_\_\_\_\_

**CNPJ:** \_\_\_\_\_

**Telefone / E-mail:** \_\_\_\_\_





Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**ANEXO E – O MODELO DE INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR**

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

- 1.1. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR é o ajuste escrito anexo ao contrato entre o provedor de serviços e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.
- 1.2. Objetivo a atingir: Prestação do serviço em elevados níveis de qualidade.
- 1.3. Forma de avaliação: Definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de descontos no valor de pagamento devido.
- 1.4. Sanções: embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Contratante poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em contrato.

**2. CONDIÇÕES GERAIS**

- 2.1. Para o acompanhamento e avaliação dos serviços da Contratada será estabelecido e utilizado o Instrumento de Medição de Resultado – IMR entre as partes, baseando-se em indicadores e metas definidos neste documento.
- 2.2. A análise dos resultados destas avaliações pela Contratante poderá resultar em penalidades, conforme prevê o Processo de Aferição, caso a Contratada não cumpra com os seus compromissos de apresentação, pontualidade, disponibilidade e de prestação do objeto contratual, conforme estabelecido pelos indicadores.
- 2.3. O IMR deve ser considerado e entendido pela Contratada como um compromisso de qualidade que assumirá junto à Contratante. O IMR é um instrumento ágil e objetivo de avaliação da qualidade da execução contratual, associando o pagamento à qualidade efetivamente obtida.
- 2.4. Para o recebimento integral do valor contratado, a empresa contratada deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho.
- 2.5. O IMR será implementado a partir da primeira medição da data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico do contrato avaliar mensalmente a execução dos serviços prestados.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

2.6. Para consecução destes objetivos deverá ser adotado as regras e metodologias de medição de resultado descritas nos itens abaixo.

### 3. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

- **Objeto da Contratação:**Elaboração de projeto executivo, fornecimento e instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaico on-grid, com comissionamento, homologação, treinamento, suporte técnico e garantia, na sede do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV).
- **Local de Execução:** SIA Trecho 6, Lotes 130/140, Brasília-DF.

### 4. OBJETIVOS DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

O presente IMR tem por finalidade assegurar que:

- As entregas sejam realizadas em conformidade com os padrões técnicos e prazos estipulados no Termo de Referência;
- Haja aderência às normas da ABNT, da ANEEL e da concessionária local;
- Os serviços e produtos sejam devidamente testados, documentados, aceitos e entregues em sua totalidade;
- O cronograma físico-financeiro seja cumprido integralmente, com acompanhamento e validação pela fiscalização.

### 5. INDICADORES DE DESEMPENHO

Os indicadores abaixo serão utilizados para mensurar os resultados dos serviços contratados:

Indicador	Meta	Critério de Aceitação
1. Apresentação do Projeto Executivo	Até 10 dias após a emissão da Ordem de Serviço	Projeto completo e em conformidade validado pela fiscalização
2. Entrega dos Equipamentos	Até o 50º dia após Ordem de Serviço	Itens conferidos sem avarias e com documentação técnica
3. Conclusão da Instalação	Até o 75º dia após Ordem de Serviço	Relatório de instalação validado pela fiscalização
4. Comissionamento e Homologação	Concluído até o 85º dia	Documentos de homologação emitidos e



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

		aceitos pela distribuidora
5. Treinamento	Realizado até o 85º dia	Comprovado por lista de presença e avaliação da fiscalização
6. Projeto As Built	Entregue até o 90º dia	Documentação validada pela fiscalização
7. Limpeza e Organização do Local	Permanente durante e após os serviços	Ausência de resíduos ou danos; vistoria de encerramento

## 6. MECANISMOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

- Relatórios Técnicos e Fotos: Apresentação documental das etapas executadas.
- Checklists de Instalação e Comissionamento: Acompanhamento técnico por parte da fiscalização.
- Registro de Ocorrências: Controle de eventuais desvios ou problemas operacionais.
- Vistorias Técnicas: Realizadas periodicamente pela fiscalização do contrato.
- Acompanhamento do Cronograma: Comparação com as etapas previstas no item 7.11.4 do Termo de Referência.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Os serviços serão medidos mensalmente com base nos indicadores acima. O pagamento mensal estará condicionado ao cumprimento das metas, conforme detalhado abaixo:

Indicador Não Atendido	Desconto no Valor Mensal do Contrato
Até 1 indicador	5%
2 indicadores	10%
3 ou mais indicadores	20%

## 8. RESPONSABILIDADES DAS PARTES

- **Contratada:**
  - ✓ Cumprir rigorosamente os prazos e especificações técnicas;
  - ✓ Apresentar os relatórios, registros e evidências de execução conforme exigido;
  - ✓ Sanar, sem ônus à Contratante, quaisquer inconformidades apontadas na fiscalização.
- **Contratante:**
  - ✓ Acompanhar e validar o cumprimento das etapas contratuais;



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

- ✓ Aplicar o IMR com base nas evidências apresentadas;
- ✓ Comunicar formalmente à contratada qualquer não conformidade observada.

## 9. ANEXOS E FORMULÁRIOS

- Modelo de Checklist de Instalação e Comissionamento;
- Modelo de Relatório Técnico de Entrega por Etapa;
- Formulário de Registro de Ocorrências;
- Termo de Aceite Provisório e Definitivo.

## 10. DISPOSIÇÕES FINAIS

- O IMR será revisado periodicamente para adequação às necessidades do contrato.
- Casos omissos serão resolvidos conforme legislação vigente e normas do contrato.

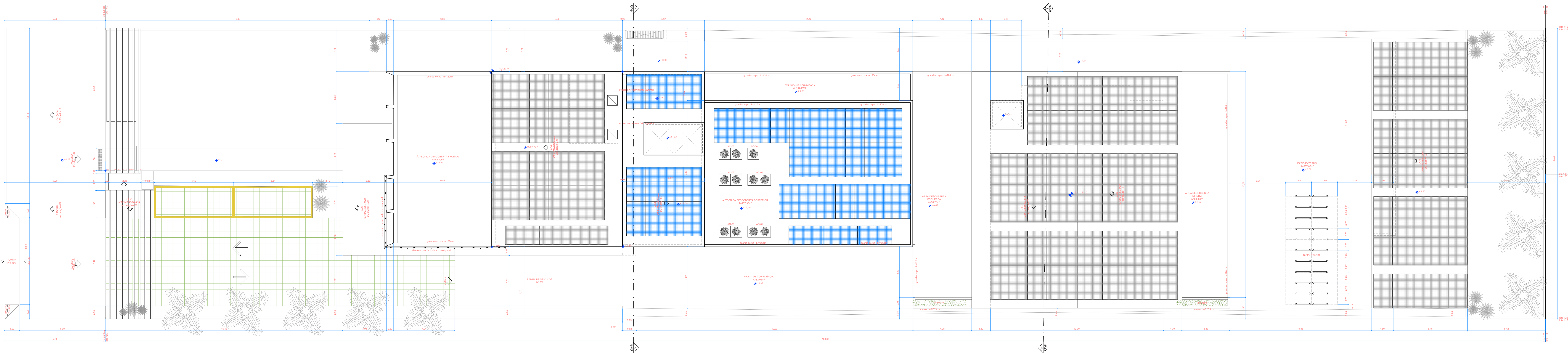


Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**ANEXO F – PROJETO DE LOCAÇÃO DE PAINÉIS**







PLANTA DE LOCAÇÃO / COBERTURA GERAL  
esc.: 1/75

TIPO	ESPECIFICAÇÃO
	Módulos fotovoltaicos bifaciais com potência nominal mínima de 480 Wp, baseado em tecnologia HJT (Heterojunction Technology) - 137 unidades. Fixado próximo à laje.
	Módulos fotovoltaicos bifaciais com potência nominal mínima de 480 Wp, baseado em tecnologia HJT (Heterojunction Technology) - 137 unidades. Fixado sobre estrutura elevada mínima de 25cm.
SETOR: REGIÃO ADMINISTRATIVA SIA ENDEREÇO: SIA, TRECHO 06, LOTES 130/140 - BRASÍLIA-DF PROPRIETÁRIO: CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA AUTOR DO PROJETO: LUIS FERNANDO ROCHA RESP. TÉCNICO:	
PROPRIETÁRIO _____ AUTOR DO PROJETO _____ RESP. TÉCNICO _____	
PROJETO DE ARQUITETURA USO - INSTITUCIONAL Conteúdo: Planta-Baixa Cobertura Locação dos Módulos fotovoltaicos Data: 22/07/2025   A Lote: 2.000,00m²   Escala: Indecida	
Prancha: 01/01	



# Documento Digitalizado Público

## 4\_TR\_SISTEMA\_FOTOVOLTAICO\_RV04

**Assunto:** 4\_TR\_SISTEMA\_FOTOVOLTAICO\_RV04  
**Assinado por:** Christiano Porto  
**Tipo do Documento:** TERMO DE REFERÊNCIA  
**Situação:** Finalizado  
**Nível de Acesso:** Público  
**Tipo do Conferência:** Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

- **Christiano Veloso Porto, Assessor da Presidência - CMSUP - SEINFRA**, em 23/02/2026 16:01:09.

Este documento foi armazenado no SUAP em 23/02/2026. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.cfmv.gov.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 1434894

**Código de Autenticação:** 727a5b223d





Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

# ANEXO II

## ORÇAMENTO ESTIMADO



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**ORÇAMENTO ESTIMADO**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR TOTAL
GRUPO ÚNICO	<b>Projeto Executivo Completo do Sistema Fotovoltaico:</b>  Compreende a elaboração de todos os documentos técnicos necessários à execução do sistema, incluindo:  - Projeto executivo com memoriais descritivos, plantas, diagramas e dimensionamentos elétricos e estruturais; - Emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART); Compatibilização com a infraestrutura existente e normas da concessionária; - Atendimento integral às normas ABNT NBR 16274, NBR 16690, NBR 5410 e demais aplicáveis.	Conjunto	1	<b>R\$ 30.000,00</b>
	<b>Fornecimento de Materiais e Equipamentos:</b>  Inclui o fornecimento completo de todos os materiais e equipamentos necessários à implantação do sistema fotovoltaico, conforme projeto executivo, incluindo:  - 157 unidades de Módulos fotovoltaicos bifaciais com potência nominal mínima de 680 Wp, baseados em tecnologia HJT (Heterojunction Technology); - 40 microinversores fotovoltaicos monofásicos, 2.000 VA (2 kW), 220 V, com 4 entradas independentes, com sistema de monitoramento via app/web; - Estrutura de fixação metálica anticorrosiva adequada à cobertura da edificação; - Cabeamentos CC/CA, conectores, eletrodutos, quadros elétricos, dispositivos de proteção, DPS, disjuntores e acessórios; - Sistema de monitoramento via web/app; - Sinalização e identificação do sistema conforme norma da concessionária.  Obs.: A responsabilidade da contratada abrange ainda o fornecimento de todos os insumos complementares eventualmente necessários à instalação, ainda que não expressamente listados, desde que indispensáveis ao pleno funcionamento, segurança e conformidade técnica do sistema.	Conjunto	1	<b>R\$ 320.143,51</b>



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

3	<b>Execução da Instalação, Comissionamento e Homologação:</b>  Engloba toda a mão de obra especializada e os serviços técnicos necessários à instalação completa do sistema, incluindo:  - Montagem e fixação dos módulos fotovoltaicos conforme especificações técnicas; - Interligações elétricas CC e CA, instalação dos inversores e quadros de proteção; - Testes de funcionamento, medições de desempenho e comissionamento; - Protocolo e acompanhamento do processo de homologação junto à Neoenergia – CEB; - Treinamento técnico-operacional da equipe do CFMV, com orientações sobre operação, leitura de indicadores e manutenção; - Garantia mínima de 5 anos para os serviços executados.	Conjunto	1	R\$ 72.000,01
	<b>VALOR TOTAL DO GRUPO</b>			<b>R\$ 422.143,52</b>

Dados extraídos da pesquisa de preços, realizada em 26 de março de 2026, **Informação SELIC nº 64/2026**.





Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

# ANEXO III

## MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

DADOS DA CONTRATADA		
Razão Social:		CNPJ:
Endereço:		
Telefone(s):	E-mail:	
CEP:	Cidade:	UF:
Banco:	Agência:	C/C:
Optante do Simples:	( ) Sim ( ) Não	

DADOS DO (RE)PRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA:	
Nome:	
Cargo/Função:	
CPF:	RG/Emissor:
Telefone:	E-mail:

1. Proposta que faz a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_ e inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, estabelecida no(a) \_\_\_\_\_, para a prestação do serviço descrito abaixo, de acordo com todas as especificações e condições do **Pregão Eletrônico CFMV nº 90003/2026** e seus Anexos:

	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR TOTAL
GRUPO ÚNICO	1	<b>Projeto Executivo Completo do Sistema Fotovoltaico:</b>  Compreende a elaboração de todos os documentos técnicos necessários à execução do sistema, incluindo:  - Projeto executivo com memoriais descritivos, plantas, diagramas e dimensionamentos elétricos e estruturais; - Emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART); Compatibilização com a infraestrutura existente e normas da concessionária; - Atendimento integral às normas ABNT NBR 16274, NBR 16690, NBR 5410 e demais aplicáveis.	Conjunto	1	R\$ --



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

2	<b>Fornecimento de Materiais e Equipamentos:</b>  Inclui o fornecimento completo de todos os materiais e equipamentos necessários à implantação do sistema fotovoltaico, conforme projeto executivo, incluindo:  - 157 unidades de Módulos fotovoltaicos bifaciais com potência nominal mínima de 680 Wp, baseados em tecnologia HJT (Heterojunction Technology); - 40 microinversores fotovoltaicos monofásicos, 2.000 VA (2 kW), 220 V, com 4 entradas independentes, com sistema de monitoramento via app/web; - Estrutura de fixação metálica anticorrosiva adequada à cobertura da edificação; - Cabeamentos CC/CA, conectores, eletrodutos, quadros elétricos, dispositivos de proteção, DPS, disjuntores e acessórios; - Sistema de monitoramento via web/app; - Sinalização e identificação do sistema conforme norma da concessionária.  Obs.: A responsabilidade da contratada abrange ainda o fornecimento de todos os insumos complementares eventualmente necessários à instalação, ainda que não expressamente listados, desde que indispensáveis ao pleno funcionamento, segurança e conformidade técnica do sistema.	Conjunto	1	R\$ --
	<b>Execução da Instalação, Comissionamento e Homologação:</b>  Engloba toda a mão de obra especializada e os serviços técnicos necessários à instalação completa do sistema, incluindo:  - Montagem e fixação dos módulos fotovoltaicos conforme especificações técnicas; - Interligações elétricas CC e CA, instalação dos inversores e quadros de proteção; - Testes de funcionamento, medições de desempenho e comissionamento; - Protocolo e acompanhamento do processo de homologação junto à Neoenergia – CEB; - Treinamento técnico-operacional da equipe do CFMV, com orientações sobre operação, leitura de indicadores e manutenção; - Garantia mínima de 5 anos para os serviços executados.	Conjunto	1	R\$ --
	<b>VALOR TOTAL DO GRUPO</b>			<b>R\$ --</b>



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

2. Validade da proposta: \_\_\_\_ dias a contar da data de sua apresentação. *(O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 dias, a contar da data de sua apresentação).*

**DECLARAÇÃO**

3. Declaramos que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto; A proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4. Declaramos que inexistem fatos impeditivos para habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores; que estamos cientes e concordamos com as condições contidas no Pregão Eletrônico e seus anexos; que nos responsabilizamos pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras; que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata [o art. 93 da Lei nº 8.213/91](#); que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#).

Cidade/UF, --- de ---- de 2026.

---

Nome e assinatura do responsável legal  
CPF:



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

# ANEXO IV

## MINUTA DE CONTRATO





INSTRUMENTO DE CONTRATO PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICO DO TIPO *ON-GRID*, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA E EMPRESA [REDACTED]

[illegible]

**1.1.** O objeto do presente instrumento é a contratação empresa especializada para o fornecimento e instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaico do tipo *on-grid*, incluindo a elaboração de projeto executivo, fornecimento de materiais e equipamentos, execução dos serviços de montagem, testes, comissionamento, homologação junto à concessionária de energia elétrica, bem como treinamento da equipe técnica do CFMV, suporte técnico e garantia, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

## 1.2. Objeto da contratação:

<sup>2</sup> Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União. Modelo de Termo de Contrato – Licitação e Contratação Direta – Obras e Serviços de Engenharia - Lei nº 14.133, de 2021. Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação. Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação. **Atualização: DEZ/2025**



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR TOTAL
GRUPO ÚNICO	1	<b>Projeto Executivo Completo do Sistema Fotovoltaico:</b>  Compreende a elaboração de todos os documentos técnicos necessários à execução do sistema, incluindo:  - Projeto executivo com memoriais descritivos, plantas, diagramas e dimensionamentos elétricos e estruturais; - Emissão da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART); Compatibilização com a infraestrutura existente e normas da concessionária; - Atendimento integral às normas ABNT NBR 16274, NBR 16690, NBR 5410 e demais aplicáveis.	Conjunto	1	R\$ --
	2	<b>Fornecimento de Materiais e Equipamentos:</b>  Inclui o fornecimento completo de todos os materiais e equipamentos necessários à implantação do sistema fotovoltaico, conforme projeto executivo, incluindo:  - 157 unidades de Módulos fotovoltaicos bifaciais com potência nominal mínima de 680 Wp, baseados em tecnologia HJT (Heterojunction Technology); - 40 microinversores fotovoltaicos monofásicos, 2.000 VA (2 kW), 220 V, com 4 entradas independentes, com sistema de monitoramento via app/web; - Estrutura de fixação metálica anticorrosiva adequada à cobertura da edificação; - Cabeamentos CC/CA, conectores, eletrodutos, quadros elétricos, dispositivos de proteção, DPS, disjuntores e acessórios; - Sistema de monitoramento via web/app; - Sinalização e identificação do sistema conforme norma da concessionária.  Obs.: A responsabilidade da contratada abrange ainda o fornecimento de todos os insumos complementares eventualmente necessários à instalação, ainda que não expressamente listados, desde que indispensáveis ao pleno funcionamento, segurança e conformidade técnica do sistema.	Conjunto	1	R\$ --



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

3	<b>Execução da Instalação, Comissionamento e Homologação:</b>  Engloba toda a mão de obra especializada e os serviços técnicos necessários à instalação completa do sistema, incluindo:  - Montagem e fixação dos módulos fotovoltaicos conforme especificações técnicas; - Interligações elétricas CC e CA, instalação dos inversores e quadros de proteção; - Testes de funcionamento, medições de desempenho e comissionamento; - Protocolo e acompanhamento do processo de homologação junto à Neoenergia – CEB; - Treinamento técnico-operacional da equipe do CFMV, com orientações sobre operação, leitura de indicadores e manutenção; - Garantia mínima de 5 anos para os serviços executados.	Conjunto	1	R\$ --
	<b>VALOR TOTAL DO GRUPO</b>			<b>R\$ --</b>

**1.3.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1.** O Termo de Referência;
- 1.3.2.** O Edital da Licitação
- 1.3.3.** A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**1.4.** O regime de execução é o de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, contemplando todas as etapas e custos envolvidos na contratação, tais como: desenvolvimento do projeto executivo, fornecimento e transporte dos equipamentos, instalação dos módulos e microinversores, montagem das estruturas, cabeamento, homologação junto à concessionária, comissionamento, treinamento e entrega do projeto “as built”, conforme condições estabelecidas neste Contrato.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**2.1.** O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

**3.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**3.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**3.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**3.4.** O Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**3.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**3.6. Preposto:**

**3.6.1.** A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

**3.6.2.** A Contratada deverá manter preposto no local da execução durante todo o período de execução do contrato.

**3.6.3.** Considerando a complexidade técnica da instalação do sistema fotovoltaico, o manuseio de equipamentos de grande porte, a necessidade de cumprimento rigoroso das normas de segurança do trabalho (NR-10 e NR-35) e a interação constante com a infraestrutura predial existente, é imprescindível a presença de um responsável direto da Contratada no local da execução. Tal medida garante:

I. Comunicação imediata com a fiscalização do CFMV;



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

- II. Solução ágil de eventuais intercorrências técnicas ou operacionais;
- III. Cordenação segura das equipes de trabalho em altura e em instalações elétricas;
- IV. Acompanhamento contínuo da execução, evitando atrasos e não conformidades;
- V. Rastreabilidade das decisões técnicas tomadas durante a execução contratual.

**3.6.4.** Durante o período de vigência da garantia, a presença do preposto será necessária quando for solicitado expressamente pelo Contratante, para promover as ações necessárias para condução de execução da garantia.

**3.6.5.** A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

**3.7. Fiscalização:**

**3.7.1.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (art. 117, caput, da Lei nº 14.133/21).

**3.8. Fiscalização Técnica:**

**3.8.1.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (art. 22, VI, do Decreto nº 11.246/22);

**3.8.2.** O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 117, §1º, da Lei nº 14.133/21 e art. 22, II, do Decreto nº 11.246/22);

**3.8.3.** As anotações, relatórios e registros efetuados pelo fiscal técnico não têm natureza sancionatória direta, mas constituem documentação oficial de acompanhamento da execução, podendo fundamentar a aplicação de sanções contratuais, se for o caso;





Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**3.8.4.** Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (art. 22, III, do Decreto nº 11.246/22);

**3.8.5.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (art. 22, IV, do Decreto nº 11.246/22);

**3.8.6.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (art. 22, V, do Decreto nº 11.246/22);

**3.8.7.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

**3.8.8.** O fiscal técnico do contrato verificará a observância, pela Contratada, das rotinas de trabalho previstas no item 5.5 deste Termo de Referência, incluindo mobilização, organização de áreas, segurança do trabalho, comissionamento, homologação e entrega, podendo exigir registros, relatórios ou evidências sempre que necessário.

**3.8.9.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.

**3.8.10.** As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

**3.9. Fiscalização Administrativa:**

**3.9.1.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246/22).



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**3.9.2.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (art. 23, IV, do Decreto nº 11.246/22).

**3.10. Gestor do Contrato:**

**3.10.1.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (art. 21, IV, do Decreto nº 11.246/22).

**3.10.2.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (art. 21, II, do Decreto nº 11.246/22).

**3.10.3.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (art. 21, III, do Decreto nº 11.246/22).

**3.10.4.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (art. 21, VIII, do Decreto nº 11.246/22).

**3.10.5.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (art. 21, X, do Decreto nº 11.246/22).

**3.10.6.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (art. 21, VI, do Decreto nº 11.246/22).



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**3.10.7.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

**4.1.** É vedada, em qualquer hipótese, a subcontratação total ou parcial do objeto deste Termo de Referência.

**4.2.** A execução integral dos serviços deverá ser realizada diretamente pela empresa contratada, que assumirá responsabilidade técnica, operacional, administrativa, trabalhista, previdenciária, fiscal e civil por todas as atividades relacionadas ao contrato.

#### 5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

**5.1.** O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx)

**5.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### 6. CLÁUSULA SEXTA – MEDIÇÃO E PAGAMENTO

**6.1.** A avaliação da execução do objeto contratual será realizada com base no **Instrumento de Medição de Resultado (IMR)**, constante no **Anexo IV-A** do Contrato.

**6.2.** A medição levará em conta a conclusão da instalação e entrega dos equipamentos, conforme item 1.2, contratados e solicitados na ata.

**6.3.** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

**6.3.1.** não produzir os resultados acordados;

**6.3.2.** deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

**6.3.3.** deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**6.4.** A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**6.5.** A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

**6.5.1.** O pagamento será efetuado sem qualquer acréscimo financeiro, mediante depósito bancário, até o 10º dia útil subsequente à realização do fornecimento, contados a partir do atesto dos fornecimentos e da Nota Fiscal, relativa à medição da execução dos fornecimentos, baseada no cronograma físico-financeiro;

**6.5.2.** O pagamento será efetuado com apresentação da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s), uma vez que tenham sido cumpridos, no que couber, todos os critérios estabelecidos neste Termo de Referência e nos seus respectivos anexos, juntamente com a emissão do TERMO DE ACEITE PROVISÓRIO OU DEFINITIVO, referente à medição executada, dentro do cronograma físico-financeiro;

**6.6.** O Fiscal do Contrato verificará a conformidade da medição do fornecimento de acordo com o cronograma físico-financeiro e da documentação requerida e, no caso de estarem conformes, atestará a Nota Fiscal e encaminhará para pagamento. No caso de não estarem conformes, as devolverá, com as ressalvas devidas, no prazo de até 07 (sete) dias da apresentação, para a CONTRATADA providenciar a sua conformidade e novo encaminhamento para a CONTRATANTE.

**6.7.** No caso dos serviços e/ou entregas em não conformidade, a contagem dos prazos aqui estabelecidos será reiniciada a contar da data do saneamento das ressalvas pela CONTRATADA, devidamente certificadas pelo Fiscal do Contrato.

**6.8.** A CONTRATANTE rejeitará, dentro do cronograma físico-financeiro, as medições pertinentes aos serviços e fornecimentos executados em desacordo com o disposto neste Termo de Referência. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços e fornecimentos foram executados em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, os responsáveis da CONTRATANTE notificarão, por escrito, à CONTRATADA, interrompendo-se os prazos de recebimento e ficando suspenso o pagamento até que seja sanada a situação.

**6.9.** Os valores da(s) NF(s) / Fatura(s) deverão ser os mesmos consignados na Nota de Empenho, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido prazo para a CONTRATADA fazer a substituição das NF(s) / Fatura(s).

**6.10.** Nos casos de atrasos nos pagamentos das faturas, será aplicado o disposto no art. 92, V e XIV, da Lei 14.133, referentes às multas decorrentes do atraso no pagamento pela Administração Pública, juros, bem como, atualização monetária com a cobrança



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

dos encargos moratórios, nas hipóteses de responsabilidade da Contratante pelo não pagamento das faturas.

**6.11. Do recebimento:**

**6.11.1.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

**6.11.2.** Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

**6.11.3.** Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

**6.11.4.** O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

**6.11.5.** O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

**6.11.6.** O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

**6.11.7.** O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

**6.11.8.** O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

**6.11.9.** Para efeito de recebimento provisório, será considerado, para fins de faturamento, o cumprimento das etapas previstas no Cronograma Físico-Financeiro.

**6.11.10.** Ao final de cada período/evento de faturamento:

- I. o fiscal técnico deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, analisar o desempenho e qualidade da prestação dos





Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, podendo resultar no redimensionamento de valores a serem pagos, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

II. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, emitindo relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**6.11.11.** Será considerado ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

**6.11.12.** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados.

**6.11.13.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as pendências apontadas no recebimento provisório.

**6.11.14.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos manuais e instruções exigíveis, como o manual de operação do sistema fotovoltaico e certificados de garantia.

**6.11.15.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações do Termo de Referência e da proposta, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

**6.11.16.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**6.12. Recebimento definitivo:**

I. ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado;



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

II. será emitido documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pelo Contratado;

III. será realizada a análise dos relatórios e documentações apresentadas pela fiscalização, e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento, será feita a notificação formal para as devidas correções;

IV. será emitido Termo Detalhado de Recebimento Definitivo, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

V. somente a partir do recebimento definitivo começará a contagem do prazo de garantia contratual dos serviços e equipamentos fornecidos.

**6.12.1.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, devendo a Administração liquidar e pagar a parte incontroversa.

**6.12.2.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**6.12.3.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade técnico-profissional pela perfeita execução do contrato.

**6.13. Liquidação:**

**6.13.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

**6.13.2.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/21.

**6.13.3.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**6.13.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

**6.13.5.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/21.

**6.13.6.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

**6.13.7.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**6.13.8.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**6.13.9.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**6.13.10.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**6.14. Prazo de pagamento:**

**6.14.1.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

**6.14.2.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI).

**6.15. Forma de pagamento:**

**6.15.1.** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**6.15.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**6.15.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**6.15.4.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**6.15.5.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**6.16. Do Reajuste:**

**6.16.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado da contratação, em 28/03/2026.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**6.16.2.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**6.16.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**6.16.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**6.16.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**6.16.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**6.16.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

**7.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreeajustáveis no prazo de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado da contratação, em **26/03/2026<sup>3</sup>**.

**7.2.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**7.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

<sup>3</sup> [Informação SELIC nº 64/2026](#), datada em 26/03/2026.





Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**7.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**7.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**7.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**7.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**8.1.** São obrigações do CONTRATANTE:

**8.1.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

**8.1.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**8.1.3.** Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

**8.1.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

**8.1.5.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

**8.1.6.** Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

- 8.1.7.** Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8.** Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
- 8.1.8.1.** indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto CONTRATADO;
  - 8.1.8.2.** fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
  - 8.1.8.3.** estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
  - 8.1.8.4.** definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
  - 8.1.8.5.** demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
  - 8.1.8.6.** prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.1.9.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.10.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.1.11.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 8.1.12.** Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.13.** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 8.1.14.** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**8.1.15.** Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo CONTRATADO, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

**8.1.16.** Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

**8.1.17.** Exigir do CONTRATADO que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

**8.1.17.1.** "As built", elaborado pelo responsável por sua execução;

**8.1.17.2.** Comprovação das ligações definitivas de energia.

**8.1.18.** Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

**8.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**9.1.** O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**9.2.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**9.3.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**9.4.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**9.5.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 9.5.1.** prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2.** certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3.** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4.** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

**9.6.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

**9.7.** Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

**9.8.** Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

**9.9.** Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

- 9.10.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15.** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17.** Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19.** Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20.** Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21.** Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;





Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**9.22.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

**9.23.** Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

**9.24.** Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

**9.25.** Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

**9.25.1.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

**9.26.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

**9.27.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

**9.28.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

**9.29.** Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

**9.30.** Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

**9.31.** Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**9.32.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

**9.33.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

**9.34.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

**9.35.** Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

**9.36.** Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica na sede do CFMV, situado no SIA trecho 06, lotes 130/140.

**9.37.** Ceder ao CONTRATANTE todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do CONTRATADO.

**9.37.1.** Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

**9.38.** Manter os empregados nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE;

**9.39.** Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;

**9.40.** Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

**9.41.** Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

**9.42.** Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**9.43.** Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE;

**9.44.** Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

**9.45.** Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;

**9.46.** Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

**9.47.** Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto;

**9.48.** Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

**9.49.** Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

**9.49.1.** manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

**9.49.2.** supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

**9.49.3.** florestas plantadas; e

**9.49.4.** outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

**9.50.** Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

**9.50.1.** Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

**9.50.2.** Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;

**9.50.3.** Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

**9.50.4.** Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o CONTRATADO deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

**9.51.** Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, nos seguintes termos:

**9.51.1.** O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

**9.51.2.** Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 2002, o CONTRATADO deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

**9.51.2.1.** resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.





Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**9.51.2.2.** resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

**9.51.2.3.** resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

**9.51.2.4.** resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

**9.51.3.** Em nenhuma hipótese o CONTRATADO poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

**9.51.4.** Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o CONTRATADO comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

**9.52.** Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

**9.52.1.** Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

**9.52.2.** Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 1990, e legislação correlata.





Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**9.53.** Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

**9.54.** Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

**9.55.** Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

**9.56.** Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

**9.57.** Fornecer os projetos executivos desenvolvidos pelo CONTRATADO, que formarão um conjunto de documentos técnicos, gráficos e descritivos referentes aos segmentos especializados de engenharia, previamente e devidamente compatibilizados, de modo a considerar todas as possíveis interferências capazes de oferecer impedimento total ou parcial, permanente ou temporário, à execução do empreendimento, de maneira a abrangê-la em seu todo, compreendendo a completa caracterização e entendimento de todas as suas especificações técnicas, para posterior execução e implantação do objeto garantindo a plena compreensão das informações prestadas, bem como sua aplicação correta nos trabalhos;

**9.57.1.** A elaboração dos projetos executivos deverá partir das soluções desenvolvidas nos anteprojetos constantes neste Termo de Referência e seus anexos (Caderno de Encargos e Especificações Técnicas) e apresentar o detalhamento dos elementos construtivos e especificações técnicas, incorporando as alterações exigidas pelas mútuas interferências entre os diversos projetos.

**9.58.** Em se tratando de atividades que envolvam serviços de natureza intelectual, após a assinatura do contrato, o CONTRATADO deverá participar de reunião inicial, devidamente registrada em Ata, para dar início à execução do serviço, com o esclarecimento das obrigações contratuais, em que estejam presentes os técnicos



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

responsáveis pela elaboração do termo de referência, o gestor do contrato, o fiscal técnico do contrato, o fiscal administrativo do contrato, se houver, os técnicos da área requisitante, o preposto da empresa e os gerentes das áreas que executarão os serviços contratados.

#### 10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

**10.1.** Em atendimento ao art. 96 da Lei nº 14.133/2021, será exigida da contratada a prestação de **garantia correspondente a 10% (dez por cento)** do valor inicial do contrato, em qualquer das modalidades previstas em lei, com a finalidade de assegurar a plena execução do objeto contratado.

**10.1.1.** O percentual foi definido em razão da **complexidade técnica do objeto** e da **existência de riscos relevantes**, como atrasos, fornecimento de itens em desconformidade, falhas prematuras de equipamentos e eventual desempenho inferior ao projetado. Assim, a garantia de 10% mostra-se proporcional e necessária para mitigar riscos e proteger a Administração, conforme autoriza o § 3º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

**10.2.** Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida **garantia adicional** do fornecedor cuja proposta for inferior a **85% (oitenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta (§5º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021).

**10.3.** Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

**10.3.1.** A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

**10.3.2.** Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro-garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

**10.3.3.** A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

**10.3.4.** Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**10.3.5.** Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro-garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

**10.4.** Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

**10.5.** Caso a opção seja por títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos.

**10.6.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

**10.7.** Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

**10.7.1.** O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela SUSEP (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656/2022).

**10.8.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

- I. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- II. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e
- III. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**10.9.** Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

**10.10.** No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento.

**10.11.** Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

**10.12.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

**10.13.** O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação.

**10.13.1.** O emitente da garantia deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

**10.13.2.** No caso de seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não justificando a negativa de cobertura, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro.

**10.14.** Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

**10.14.1.** A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da SUSEP.

**10.14.2.** A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**10.15.** A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

**10.16.** O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

**10.17.** O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

**10.18.** A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) der causa à inexecução total do contrato;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- d) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- e) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- g) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**11.2.** Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**11.2.1.** Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;





Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**11.2.2.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d”, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelo prazo de até 3 (três) anos.

**11.2.3.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h”, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**11.2.4. Multa:**

**11.2.4.1.** Moratória – para a infração da alínea “d”: 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da obrigação inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias.

**11.2.4.2.** Moratória – de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

**11.2.4.3.** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento (art. 137, I, Lei 14.133/2021).

**11.2.4.4.** Compensatória – para as infrações “e” a “h”: de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

**11.2.4.5.** Compensatória – para a inexecução total do contrato (“c”): de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento).

**11.2.4.6.** Compensatória – para a inexecução parcial com grave dano (“b”): de 10% (dez por cento) a 25% (vinte e cinco por cento).

**11.2.4.7.** Compensatória – em substituição à multa moratória da alínea “d”: de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

**11.2.4.8.** Compensatória – para a inexecução parcial sem grave dano (“a”): de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento).

**11.3.** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

**11.4.** Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**11.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**11.6.** Se a multa aplicada e as indenizações forem superiores ao valor do pagamento devido, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

**11.7.** A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**11.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

**11.8.1.** Para a garantia da ampla defesa, as notificações serão enviadas eletronicamente para os e-mails informados na proposta comercial e/ou cadastrados no **SICAF**, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles enviadas.

**11.9.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- I. a natureza e a gravidade da infração;
- II. as peculiaridades do caso concreto;
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. os danos que dela provierem para o Contratante;
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade pela Contratada.

**11.10.** Os atos previstos como infrações na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de contratações, que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos.

**11.11.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada quando utilizada com abuso de direito para facilitar ou encobrir ilícitos, estendendo-se os efeitos das sanções a administradores, sócios com poderes de gestão, sucessoras ou empresas coligadas/ligadas, assegurados contraditório, ampla defesa e análise jurídica prévia.

**11.12.** O Contratante deverá, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis** da aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados para fins de publicidade no **CEIS** e no **CNEP**, bem como registrar no **SICAF**.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**11.13.** As sanções de impedimento e declaração de inidoneidade são passíveis de reabilitação, nos termos do **art. 163 da Lei nº 14.133/2021**.

**11.14.** Débitos da Contratada decorrentes de multas e/ou indenizações poderão ser compensados com créditos devidos pela Administração, nos termos da **IN SEGES/ME nº 26/2022**.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**12.1.** O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**12.2.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**12.3.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

**12.3.1.** ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

**12.3.2.** poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

**12.4.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**12.5.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**12.6.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**12.7.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**12.8.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**12.8.1.** Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**12.8.2.** Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**12.8.3.** Das indenizações e multas.

**12.9.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

**12.10.** O CONTRATANTE poderá ainda:

**12.10.1.** nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

**12.10.2.** nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

**12.11.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

**13.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**13.2.** O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

**13.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**13.4.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

**13.5.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**14.1.** As despesas decorrentes deste objeto estão previstas na Nota de Empenho nº xxx, emitida em xx/xx/xxxx, sob a Rubrica:

Elemento de Despesa: 6.2.2.1.1.02.01.01.003.002 – Máquinas e Equipamentos
Centros de Custos: 2.04.01.01.001 – Investimentos em bens móveis e materiais permanentes.

**14.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante Apostilamento.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

**15.1.** Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

**16.1.** Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.





Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO**

**17.1.** Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Brasília, xx de xxxx de 2026.

**CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA – CFMV**  
ANA ELISA FERNANDES DE SOUZA ALMEIDA  
CONTRATANTE

**EMPRESA**  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CONTRATADO



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

# ANEXO IV-A

## INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

## INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

### 1. INFORMAÇÕES GERAIS:

- 1.1.** O Instrumento de Medição de Resultado – IMR é o ajuste escrito anexo ao contrato entre o provedor de serviços e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.
- 1.2.** Objetivo a atingir: Prestação do serviço em elevados níveis de qualidade.
- 1.3.** Forma de avaliação: Definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de descontos no valor de pagamento devido.
- 1.4.** Sanções: embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Contratante poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em contrato.

### 2. CONDIÇÕES GERAIS:

- 2.1.** Para o acompanhamento e avaliação dos serviços da Contratada será estabelecido e utilizado o Instrumento de Medição de Resultado – IMR entre as partes, baseando-se em indicadores e metas definidos neste documento.
- 2.2.** A análise dos resultados destas avaliações pela Contratante poderá resultar em penalidades, conforme prevê o Processo de Aferição, caso a Contratada não cumpra com os seus compromissos de apresentação, pontualidade, disponibilidade e de prestação do objeto contratual, conforme estabelecido pelos indicadores.
- 2.3.** O IMR deve ser considerado e entendido pela Contratada como um compromisso de qualidade que assumirá junto à Contratante. O IMR é um instrumento ágil e objetivo de avaliação da qualidade da execução contratual, associando o pagamento à qualidade efetivamente obtida.
- 2.4.** Para o recebimento integral do valor contratado, a empresa contratada deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

2.5.O IMR será implementado a partir da primeira medição da data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico do contrato avaliar mensalmente a execução dos serviços prestados.

2.6.Para consecução destes objetivos deverá ser adotado as regras e metodologias de medição de resultado descritas nos itens abaixo.

**3. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO:**

**3.1.Objeto da Contratação:** Elaboração de projeto executivo, fornecimento e instalação de sistema de geração de energia solar fotovoltaico on-grid, com comissionamento, homologação, treinamento, suporte técnico e garantia, na sede do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV).

**3.2. Local de Execução:** SIA Trecho 6, Lotes 130/140, Brasília-DF.

**4. OBJETIVOS DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS:**

4.1.O presente IMR tem por finalidade assegurar que:

- As entregas sejam realizadas em conformidade com os padrões técnicos e prazos estipulados no Termo de Referência;
- Haja aderência às normas da ABNT, da ANEEL e da concessionária local;
- Os serviços e produtos sejam devidamente testados, documentados, aceitos e entregues em sua totalidade;
- O cronograma físico-financeiro seja cumprido integralmente, com acompanhamento e validação pela fiscalização.

**5. INDICADORES DE DESEMPENHO:**

5.1.Os indicadores abaixo serão utilizados para mensurar os resultados dos serviços contratados:

Indicador	Meta	Critério de Aceitação
1. Apresentação do Projeto Executivo	Até 10 dias após a emissão da Ordem de Serviço	Projeto completo e em conformidade validado pela fiscalização
2. Entrega dos Equipamentos	Até o 50º dia após Ordem de Serviço	Itens conferidos sem avarias e com documentação técnica



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

3. Conclusão da Instalação	Até o 75º dia após Ordem de Serviço	Relatório de instalação validado pela fiscalização
4. Comissionamento e Homologação	Concluído até o 85º dia	Documentos de homologação emitidos e aceitos pela distribuidora
5. Treinamento	Realizado até o 85º dia	Comprovado por lista de presença e avaliação da fiscalização
6. Projeto As Built	Entregue até o 90º dia	Documentação validada pela fiscalização
7. Limpeza e Organização do Local	Permanente durante e após os serviços	Ausência de resíduos ou danos; vistoria de encerramento

**6. MECANISMOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:**

- Relatórios Técnicos e Fotos: Apresentação documental das etapas executadas.
- Checklists de Instalação e Comissionamento: Acompanhamento técnico por parte da fiscalização.
- Registro de Ocorrências: Controle de eventuais desvios ou problemas operacionais.
- Vistorias Técnicas: Realizadas periodicamente pela fiscalização do contrato.
- Acompanhamento do Cronograma: Comparação com as etapas previstas no item 7.11.4 do Termo de Referência.

**7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:**

**7.1.** Os serviços serão medidos mensalmente com base nos indicadores acima.

**7.2.** O pagamento mensal estará condicionado ao cumprimento das metas, conforme detalhado abaixo:

Indicador Não Atendido	Desconto no Valor Mensal do Contrato
Até 1 indicador	5%
2 indicadores	10%
3 ou mais indicadores	20%

**8. RESPONSABILIDADES DAS PARTES:**

**8.1. Contratada:**

- a) Cumprir rigorosamente os prazos e especificações técnicas;
- b) Apresentar os relatórios, registros e evidências de execução conforme exigido;
- c) Sanar, sem ônus à Contratante, quaisquer inconformidades apontadas na fiscalização.





Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

**8.2. Contratante:**

- a) Acompanhar e validar o cumprimento das etapas contratuais;
- b) Aplicar o IMR com base nas evidências apresentadas;
- c) Comunicar formalmente à contratada qualquer não conformidade observada.

**9. ANEXOS E FORMULÁRIOS:**

- a) Modelo de Checklist de Instalação e Comissionamento;
- b) Modelo de Relatório Técnico de Entrega por Etapa;
- c) Formulário de Registro de Ocorrências;
- d) Termo de Aceite Provisório e Definitivo.

**10. DISPOSIÇÕES FINAIS**

- a) O IMR será revisado periodicamente para adequação às necessidades do contrato.
- b) Casos omissos serão resolvidos conforme legislação vigente e normas do contrato.